



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 06/X-4º/2012-13

1 - Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas 21H15, nas instalações do Auditório do Edifício Sede do Poder Local da Freguesia do Feijó, sita na rua da Alebrança, no Feijó, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao projeto de estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal - AMRS”;

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento de Publicidade e Propaganda”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Preços - RTTTP”;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Programa da ECALMA”;
- 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Quinta Biológica em Almada”;
- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA e SMAS/2012”;
- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Almada”;
- 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental dos SMAS”;
- 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reprogramação do Programa Polis na Costa da Caparica” (Mandato para o Representante do Município na Assembleia Geral da Costapolis);
- 3.14 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Pormenor Cacilhas”

1.1 - Foi alterada a agenda da Sessão Ordinária de abril de 2013, com os seguintes aditamentos:

- Ao ponto 3.12 da ordem do dia é aditada a “Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a 1ª Revisão ao Orçamento do Município para 2013”
- Na primeira parte da reunião plenária a realizar no dia 22 de abril (segunda-feira) será aberto um período solene comemorativo do 39º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974 com declarações políticas dos Grupos Municipais.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete

Peres Pereira e Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; José Gabriel Guiomar Joaquim; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Teresa Isabel Ralha da Costa Santos; Luís Filipe da Cruz Pereira; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Ilda de Lourdes Oliveira Dâmaso Garrett; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período não superior a três meses, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima, nos termos e para os efeitos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Ent. 1001/X-4º), (**Conforme Anexo I**).

4.1.1 - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

4.2 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com ausência no dia 18 abril de 2013, (Ent. nº 993/X-4º), (**Conforme Anexo II**).
  - O Senhor Deputado Municipal Francisco José Gonçalves Guerreiro, com ausência no dia 18 de abril de 2013, (Ent. 1027/X-4º), (**Conforme Anexo III**).
  - O Senhor Deputados Municipal António Frederico de Meneses Ferrinho, com ausência no dia 18 de abril de 2013, (Ent. 1071/X-4º), (**Conforme Anexo IV**).
  - O Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com ausência no dia 18 de abril de 2013, (Ent. 994/X-4º), (**Conforme Anexo V**).
  - O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com ausência no dia 18 de abril de 2013, (Ent. 1066/X-4º), (**Conforme Anexo VI**).
  - O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 18 de abril de 2013, (Ent. 1067/X-4º), (**Conforme Anexo VII**).
  - A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 18 de abril de 2013, (Ent. 1068/X-4º), (**Conforme Anexo VIII**).
- 4.2.1** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de abril, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
  - O Candidato Senhor Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de abril, do eleito Sr. Francisco José Gonçalves Guerreiro e por impedimento do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira - PEV e da cidadã Sr.<sup>a</sup> Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI e XII**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Henrique Rosa Carreiras, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de abril, do eleito Sr. António Frederico de Meneses Ferrinho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).
  - O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de abril, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.<sup>a</sup> Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.<sup>a</sup> Margarida Santos Serafim e do Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIV, XV, XVI, XVII e XVIII**).
  - O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
  - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de abril, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Sr.<sup>a</sup> Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XX, XXI e XXII**).
  - O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de abril, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIII**).
  - O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por suspensão do mandato, por um período não superior a três meses, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIV**).
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Almada, da Costa da Caparica e do Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do n.º 1, do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respectivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor João Renato Caetano Montalvo, Senhora Patrícia Rocha Brighenti e Senhor Brás Marcos Mira Borges, respetivamente, (**Conforme Anexos XXV, XXVI e XXVII**).

**4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa.

**4.5** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 678/X-4º ao 1004/X-4º do Expediente Enviado do nº 318/X-4º ao nº 550/X-4º informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 25/X-4º/2012-2013, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 02/X-4º/2012-2013 (Período de 27 de fevereiro a 26 de abril de 2013), das Atas Nºs 04/X-4º/2012-13 e 05/X-4º/2012-13 e das Minuta das Atas Nºs 04/X-4º/2012-13 e 05/X-4º/2012-13 para posterior aprovação e ratificação.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos e imediatamente encerrado por não haver inscrições para uso da palavra.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**6.1** - Foram aprovadas por unanimidade as Atas Nºs 04/X-4º/2012-13 e 05/X-4º/2012-13 e ratificadas as respetivas Minutas das Atas.

**6.2** - Os Votos de Pesar, foram apresentados pela Mesa (o Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Mário Rodrigues) e pelos Srs. Deputados Municipais Teresa Paula Coelho (Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Mourinho - Presidente da Junta de Freguesia do Pragal) e Sérgio Taipas (Voto de Pesar e Homenagem a Óscar Lopes).

**6.2.1** - O Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Mário Rodrigues.

Faleceu no passado dia 25 de março o Munícipe Mário Rodrigues, associativista emérito e cidadão exemplar.

Mário Amândio Fernandes Rodrigues de seu nome completo, nasceu a 18 de fevereiro de 1925, começando a sua vida associativa no Ginásio Clube do Sul sendo ainda hoje um dos dirigentes com mais anos de função, dedicando-se ao Clube com relevante empenho que determinou a sua honorificação.

Mas foi no Clube de Campismo do Concelho de Almada que Mário Rodrigues mais se destacou.

Mário Rodrigues foi um grande, destacado e genuíno campista, sendo um dos fundadores do CCCA.

O Clube de Campismo do Concelho de Almada nascido em 28 de setembro de 1948, foi o “filho” da fusão dos núcleos campistas de Almada, Cacilhas e Cova da Piedade, existentes desde 1940, sendo hoje uma das maiores e mais importantes coletividades do campismo nacional e do movimento associativo almadense.

Mário Rodrigues integrou aquele grupo de trinta destacados campistas que fundaram o Clube, entre os quais são de destacar, pelo entusiasmo e empenho que puseram na sua criação, o cidadão Mário Rodrigues mas também outras referências de associativistas como Jorge Coelho da Silva, Fernando Barão, Dr. Alexandre Castanheira, Manuel e Mário Ourique, Brazinha da Costa, José Moreira, Augusto Alves, Carlos Carvalho, José Rodrigues Afonso, Dr. Ramiro Ferrão, entre outros.

Mário Rodrigues dedicou-se de alma e coração ao Clube de Campismo Almadense, sendo eleito pelos seus companheiros para várias funções de direção: Foi 2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral em 1974/1975 e seu Vice-Presidente entre 1976 e 1979, em 1980 foi eleito



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Presidente do Conselho Diretor que exerceu até 1985, em 1986/1987 é Presidente do Conselho Consultivo, em 1988/1989 é Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de 1990 a 1998 é Diretor do Boletim do Clube “Fogo de Campo” e de 1999 a 2004 no seu Conselho de Redação.

Mário Rodrigues foi diversas vezes homenageado pela sua dedicação ao Clube e considerado um Companheiro de referência. Em reconhecimento pelos serviços excecionais prestados ao movimento campista, é-lhe atribuído em 1974 o Emblema de Mérito Prata, em 1986 o Emblema Mérito Ouro e em 1988 recebe o Emblema de Ouro dos 50 anos de associado.

Mário Rodrigues era um dedicado associativista e um militante apaixonado pela Cultura. No CCCA integrou o seu grupo cénico, assumindo-se como um dos seus principais animadores, assim como do Grupo Coral.

Foi durante largos anos um dos principais organizadores de eventos culturais no Campismo.

Também no Ginásio Clube do Sul se destacou culturalmente, tendo sido um dos principais amadores de teatro, com participação em dezenas de peças.

Mário Rodrigues participou também ativamente na vida da SCALA, em que foi Secretário da Direção distinguindo-se como colaborador e obreiro de várias iniciativas e mais uma vez trouxe a sua paixão pelo teatro para as Tertúlias da Associação, como palestrante e também como encenador de textos teatrais nas tertúlias.

Mário Rodrigues esteve nos últimos anos de vida no “Lar de Santiago”, em Almada, e deixou-nos no dia 25 de março.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 18 de abril de 2013 presta sentida homenagem ao Cidadão Associativista Mário Rodrigues, enaltece as suas qualidades humanas e a sua ação no movimento associativo almadense e manifesta pesar pelo seu falecimento.”





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.2.2** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Teresa Paula Coelho - Presidente da Junta de Freguesia da Caparica (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Mourinho

O Concelho de Almada e a população da Freguesia do Pragal ficaram mais pobres no passado dia 25 de março de 2013, data do falecimento de Carlos Mourinho aos 66 anos de idade.

Carlos Mourinho é o exemplo, é a prova provada de como a política pode ser das mais sublimes e nobres expressões da atividade humana, de como pode ser exercida com ideias e convicções, respeitando os outros na pluralidade de opiniões, com permanente empenho e dedicação à causa e serviços públicos e firmado nos interesses, necessidades e aspirações dos trabalhadores e da população que com sentido genuíno tão bem representou na EPAL onde trabalhou e foi representante dos trabalhadores e representando o Poder Local Democrático na Assembleia de Freguesia de Almada de 1985 a 1993 e seguidamente, como Presidente da Junta de Freguesia do Pragal e dirigente nacional e regional da ANAFRE.

O Carlos Mourinho aderiu ao PCP há 37 anos, mas desde muito novo que procurou sempre defender os ideais da Liberdade e da Democracia, dedicando-se de alma e coração na luta contra a injustiça, na defesa dos mais fracos, estando sempre ao lado dos seus camaradas de trabalho, nomeadamente dos mais desprotegidos, procurando defende-los da opressão: lutando por melhores condições de trabalho, de remuneração e de vida, intervindo com determinação nas causas mais nobres que o Homem pode abraçar - a defesa intransigente da justiça social.

Trabalhou política e partidariamente para a emancipação dos trabalhadores, pelo progresso da sua comunidade, pela transformação de um mundo mais justo, solidário e fraterno.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Homem, Militante, Cidadão que não se acomodava porque desejava mais e melhor, ativista e interventor porque só assim se sentia cidadão, incomodava alguns com os seus sonhos, era um lutador porque tinha um ideal.

Eis o nosso Amigo, o nosso Camarada, Carlos Mourinho. Consideremos sempre o seu passado de dedicação, de coragem e coerência. Humanista, generoso, amante da liberdade, lutador pela dignidade humana e pela justiça social. Relembremos a sua firmeza de caráter e a dedicação aos ideais de Abril.

Esta forma de ser e estar do Carlos Mourinho, tornaram-no credor indiscutível do reconhecimento de todos os que o conheciam e admiravam, como Homem do Povo, como Cidadão inconformado, como Sindicalista lutador, como Autarca de excelência.

Que o exemplo de vida do Carlos Mourinho perdure nos nossos corações e nas nossas mentes.

Não o esqueceremos porque a sua luta é a nossa luta.

E o Carlos dizia-nos “o amanhã espera-nos”.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 18 de abril de 2013 delibera:

1. Prestar homenagem ao Cidadão, Dirigente Sindical, Dirigente Associativo e Autarca, enaltecendo a palavra, o feito e a obra, os afetos, as amizades e saudade que o Carlos nos deixa.
2. Agradecer o seu profundo contributo a todos os Autarcas, desejando perpetuar a sua memória, mostrar o enaltecimento público e reconhecida gratidão estando associada a este Voto de Pesar uma singela, mas justa homenagem a este Grande Homem.
3. Expressar o mais profundo pesar pelo seu falecimento à sua esposa e companheira de sempre e demais família, à Freguesia do Pragal e ao Partido Comunista Português.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.2.3** - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar e Homenagem a Óscar Lopes

Nascido há 95 anos, em Leça da Palmeira, Óscar Lopes faleceu no passado dia 22 de Março.

Grande vulto da cultura portuguesa e Homem Integral, a sua atividade profissional ligada à literatura e à linguística sempre se inseriu na interação das militâncias nos contextos cultural, político e social, antes e depois do 25 de Abril.

Resistente antifascista com intervenção permanente desde 1942, pertenceu ao MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), ao MUD (Movimento de Unidade Democrática), ao MND (Movimento Nacional Democrático), à CDE (Comissão Democrática Eleitoral) e à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Foi militante do Partido Comunista Português, desde 1945, integrando o seu Comité Central entre 1976 e 1996.

A par da atividade de dinamização cívica e cultural constante, intervindo e coorganizando eventos culturais vigiados e reprimidos (“as palavras são armas” - afirmou na Cooperativa Piedense, em 1966), participou nas mais relevantes ações de carácter democrático unitário, como as candidaturas de Ruy Luís Gomes e Humberto Delgado, as legislativas de 1953 e 1973, em que integrou as listas da CDE, após ter pertencido à Comissão Nacional do II Congresso da Oposição Democrática em Aveiro (1972).

Perseguido pelo fascismo, foi preso pela PIDE - a primeira vez em 1955. Demitido do seu lugar de professor, fica em prisão cerca de um ano e, apesar de absolvido em tribunal, continua a sofrer pressões e perseguições à sua atividade profissional: afastado da Universidade, impedido de sair do país para não poder participar em trabalhos de investigação científica para que era recorrentemente convidado.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Apesar desta difícil situação, Óscar Lopes nunca deixou de manter uma brilhante atividade nas áreas da linguística, literatura e cultura portuguesas. Colaborou em numerosas revistas, como a *Vértice* e a *Seara Nova* e em diversos jornais. Foi membro ativo da Sociedade Portuguesa de Escritores, que o fascismo encerrou e fez parte da comissão promotora da Associação Portuguesa de Escritores, de que viria a ser presidente.

Lutador de uma vida pela liberdade, democracia, justiça social e cultura, pelo regime democrático é resgatado e reconhecida a elevada expressão da sua cidadania e do seu trabalho profissional e científico. Logo após o 25 de Abril, foi eleito Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e terminou a sua carreira docente exercendo o cargo de Vice-Reitor. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, dirigente da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e um dos fundadores da Universidade Popular do Porto. Foi eleito na Assembleia Municipal do Porto e Deputado do PCP na Assembleia da República.

Óscar Lopes recebeu diversos prémios, condecorações e homenagens, de que se destacam o doutoramento honoris causa pela Universidade de Lisboa (1990); o prémio “Vida Literária”, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores (2000); o prémio “Vergílio Ferreira”, atribuído pela Universidade de Évora (2002) pelo conjunto da sua obra; a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (2006).

Ensaísta, crítico literário, linguista, professor, historiador da literatura e da cultura portuguesas, Óscar Lopes legou-nos uma brilhante obra, formadora de gerações de portugueses, fortemente marcada pela elevada qualidade e rigor científicos e pela sua concepção da vida.

Ainda antes do 25 de Abril, publica duas obras que são marcos referenciais na literatura e na cultura portuguesas: “História da Literatura Portuguesa”, em coautoria (1ª edição em 1955, a que se seguiram mais dezassete edições) e “Gramática Simbólica do Português”, 1971,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

reeditada em 1972, precursora da moderna linguística portuguesa. De muitas outras, destaquem-se “Entre Fialho e Nemésio: Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea” (1987); “A Busca de Sentido: Questões de Literatura Portuguesa” (1994); estudos sobre Camões, Antero de Quental, Eça de Queirós, Jaime Cortesão, Raúl Brandão, Aquilino Ribeiro, Fernando Pessoa, Eugénio de Andrade.

Em Óscar Lopes, o saber enciclopédico subordina-se à “busca de sentido” sempre perseguida, quer na sua obra, quer na sua vida. Essa *“busca de sentido é uma tarefa histórica (mesmo do ponto de vista do indivíduo que busca, - trata-se de fazer sentido com as suas circunstâncias) e social (trata-se de fazer sentido com os seus interlocutores, em cooperação ou conflito); joga-se entre o provisório e o revogável, entre a intenção pertinente, a competência aplicada por quem busca e o acerto a apurar pelo leitor”* (Manuel Gusmão).

Ao evocar Óscar Lopes, nesta circunstância, a Assembleia Municipal de Almada homenageia a exemplaridade da intervenção cívica do Cidadão em relação dialéctica com o brilhantismo do Homem Culto e expressa o seu profundo pesar à sua família e ao Partido Comunista Português.”

**6.3** - Verificado o quórum e não havendo pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

**6.3.1** - O Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Mário Rodrigues, apresentado pela Mesa da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.

**6.3.2** - O Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Mourinho - Presidente da Junta de Freguesia do Pragal, apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Teresa Paula Coelho, foi aprovado por unanimidade.

**6.3.3** - O Voto de Pesar e Homenagem a Óscar Lopes, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovado por unanimidade.

**6.3.4** - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.4** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Carlos Revés (apresentando a Moção/Deliberação pela redução da taxa do IVA nos sectores da hotelaria, restauração e bebidas e pela não tributação dos concessionários de praia em sede de IMI), Luísa Ramos (apresentando Moção/Saudação ao 1º de Maio; Moção/Deliberação pela reposição do serviço de atendimento complementar, vulgo urgências, nos centros de saúde e no “SAP” de Almada, pela manutenção de todos os centros de saúde e Moção/Saudação à Petição “Não ao terminal de Contentores na Trafaria”), Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação de Tomada de Posição sobre a AMARSUL), Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação Em nome da Constituição, demita-se o Governo!), João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação Em Defesa do Desenvolvimento Regional/Arco Ribeirinho Sul), Bruno Dias (apresentando Moção/Saudação ao 25 de Abril e às Comemorações do Dia da Liberdade), Sérgio Bastos (apresentando Moção/Deliberação sobre Estratégia Nacional para o Mar), Vitor Castanheira (apresentando Voto de Congratulação a atleta do surf), José Joaquim Leitão, Miguel Salvado, Luís Varela Pais, João Geraldês.

**6.4.1** - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela redução da taxa do IVA nos sectores da hotelaria, restauração e bebidas e pela não tributação dos concessionários de praia em sede de IMI.

O sector da hotelaria, restauração e bebidas é de primordial importância para o turismo nacional, assumindo-se como um dos maiores empregadores neste sector e criando cerca de 75% das receitas geradas por este.

A grande quebra no poder de compra dos portugueses e o aumento da taxa do IVA para 23% tem vindo, ao longo do ano de 2012 e inícios de 2013, a estrangular este sector,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

levando à forte redução no volume de negócios deste sector, ao encerramento de milhares de empresas e à conseqüente perda de inúmeros postos de trabalho, estimando a AHRESP que estes números atinjam as 32 mil empresas e 83 mil empregos até ao final do corrente ano, apenas pelo impacto do aumento deste imposto.

31 de julho de 2013, data exigida para o Grupo de Trabalho criado pelo Governo, para estudar o impacto da fiscalidade e do IVA, no sector, apresentar as suas conclusões, afigura-se, assim, extremamente tardia para evitar o colapso de inúmeras empresas.

Aliado a estes fatos, foi, agora, conhecido que inúmeros concessionários das praias de norte a sul do país têm sido notificados pela administração fiscal para pagarem IMI, o que ainda vem agravar a situação destas empresas em particular.

Esta é uma situação incompreensível uma vez que os concessionários das praias não são os proprietários dos espaços e apenas seus usufrutuários, não se constituindo, conseqüentemente, como sujeitos passivos em sede deste imposto.

Por outro lado, estes concessionários já pagam elevadas taxas de ocupação dos espaços que gerem, pelo que esta tributação apenas vem sobrecarregar ainda mais este sector com mais um imposto.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 18 de abril de 2013, delibera:

1. Apoiar as conclusões das Jornadas da AHRESP 2013, realizadas a 15 e 16 de abril corrente, exigindo ao governo a rápida tomada de medidas que evitem o iminente colapso do sector da hotelaria, restauração e bebidas;
2. Exigir que o Grupo de Trabalho criado pelo Governo, para estudar o impacto da fiscalidade e do IVA, neste sector, apresente as suas conclusões com a maior brevidade, de modo a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que as medidas encontradas, nomeadamente a redução da taxa do IVA, possam vir a ser incluídas num próximo orçamento retificativo;

3. Exigir que os concessionários das praias não sejam tributados em sede de IMI, uma vez que estes não são proprietários dos espaços que ocupam, e que as notificações já enviadas sejam anuladas e consideradas sem efeitos.”

#### 6.4.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

##### A) Moção/Saudação ao 1º de Maio

Na história do Movimento Operário, internacional e nacional, o 1º de Maio assume, indiscutivelmente, um relevante e profundo papel nas conquistas dos trabalhadores pelo horário de trabalho, pelo aumento dos salários, por condições dignas de vida, de trabalho e de acesso à cultura, ao conhecimento e ao lazer.

Foi a partir da greve geral realizada no dia 1 de Maio de 1886 pelos trabalhadores em Chicago, da repressão brutal lançada contra eles, nesse dia e seguintes, que se foi construindo a limitação da jornada diária de trabalho para as 8 horas.

Foi para homenagear e honrar a memória dos “Mártires de Chicago” , mas também pelos resultados entretanto obtidos, que num congresso em Paris em 1889, é decidido que o 1º de Maio passa a ser o Dia Internacional do Trabalhadores e são marcadas para o dia 1 de Maio seguinte, 1890, manifestações simultâneas em todos os países.

Em Portugal, desde esse ano, na monarquia, na 1ª República e durante a ditadura fascista, sempre os trabalhadores comemoraram o 1º de Maio reivindicando o aumento dos salários, as 8h de trabalho diárias e outros direitos e regalias, muitos deles, só conseguidos após o 25 de Abril de 1974.

Das lutas pelas 8h diárias destacam-se as desenvolvidas pelos operários agrícolas dos





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

campos do Alentejo e Ribatejo no ano de 1962.

Todas as comemorações do 1º de Maio, todas as ações de luta, de maior ou menor expressão, contra a exploração, os despedimentos sem justa causa e a concentração da riqueza produzida nos grandes grupos económicos, nacionais e estrangeiros, foram decisivas para derrubar o fascismo, contribuíram para que Abril acontecesse e se cumprisse no 1º de Maio de 1974.

Finalmente os trabalhadores portugueses iriam conseguir ter inscritos na legislação laboral e na Constituição da República, o direito ao trabalho com direitos, o reconhecimento do direito a uma vida digna, de seres humanos livres. Iriam alcançar conquistas e avanços civilizacionais que muito contribuíram para a melhoria das condições de vida das suas famílias.

Atualmente, na sequência das políticas de direita praticadas pelos sucessivos governos, com várias revisões, sempre para pior, da legislação laboral, o governo do PSD/ CDS, a pretexto dos acordos com a Troika, promove uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores da Administração Pública, dando alento à ofensiva patronal, e no total desrespeito pela Contratação Colectiva, generalizar aos restantes trabalhadores do sector privado e do SEE, a retirada de direitos, desde logo a desregulamentação do horário de trabalho, impondo 10, 12 ou mesmo 14 horas/dia, sem o pagamento de qualquer compensação pelo trabalho extraordinário, o que constitui um regresso ao séc. XIX e às condições de trabalho que estiveram na origem do 1º de Maio e da sua internacionalização.

No quadro político e social que vivemos, com o flagelo do desemprego, com a generalização da precariedade dos trabalhadores, designadamente dos mais jovens, com os reformados e pensionistas a serem espoliados dos seus rendimentos que, diga-se, são



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o resultado dos descontos feitos ao longo das suas carreiras contributivas, é necessário e imperioso participar nas comemorações do próximo 1º de Maio, reforçando e prosseguindo a luta por um novo governo e uma outra política.

E desta forma honraremos a memória dos “Mártires de Chicago” e das várias gerações de trabalhadores que em Portugal e no mundo, muitos deles com o sacrifício da própria vida, lutaram contra a exploração, por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 18 de Abril, saúda o 1º de Maio e exorta a população de Almada a participar ativamente nas comemorações marcadas pelo Movimento Sindical.

VIVA O 1º de MAIO

VIVA A LUTA dos TRABALHADORES”

- B)** Moção/Deliberação Pela Reposição do serviço de atendimento complementar, vulgo urgências, nos centros de saúde e no “SAP” de Almada, pela manutenção de todos os centros de saúde.

A Direção do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Almada-Seixal comunicou aos utentes do SNS, através duma informação colocada nas portas dos centros de saúde e aos Eleitos do Poder Local do concelho de Almada, que o Serviço de Atendimento Complementar em Almada, nova designação para o SAP, passaria a funcionar das 10h00/17h00, ao fim de semana, a partir de 2 de Março.

A informação distribuída nada refere sobre o funcionamento do serviço de “urgências” nos dias de semana nos centros de saúde, nem da deslocalização do centro de saúde da Trafaria para a Costa da Caparica.

Para surpresa dos utentes, nomeadamente, das freguesias da Charneca de Caparica, Costa da Caparica e Almada, também o atendimento complementar aos dias de semana, a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

partir das 14h00 encerrou, no dia 1 de Abril.

Esta decisão é enquadrada e justificada à luz duma “ Reorganização do atendimento nas Unidades de Cuidados de Saúde....com o objectivo de melhorar a prestação de cuidados de saúde globais....”.

Seria, portanto, expectável que qualquer utente, com ou sem médico de medicina geral e familiar, seria sempre atendido em situação de doença súbita. Situação ainda mais desejável para milhares de utentes do concelho sem médico de família

Puro engano. Os utentes só terão consulta caso exista vaga. Caso contrário devem dirigir-se ao HGO, agravando os custos suportados pelos utentes com as taxas moderadoras, (20.60€ em vez dos 5€ cobrados nos centros de saúde), a que se deve somar as taxas dos exames de diagnóstico. No atual quadro de profundas dificuldades económicas das populações, obrigar os utentes a deslocarem-se ao Serviço de Urgências do HGO é dificultar-lhes o acesso aos cuidados de saúde. Por outro lado é aumentar a afluência ao já muito sobrecarregado hospital, degradando a qualidade dos serviços prestados.

Com esta decisão fica mais uma vez provado que para o Governo e seus representantes, designadamente, na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, “Reorganizar”, “Racionalizar” o SNS, significa cortar, encerrar, destruir.

Crescem os alertas de várias entidades, designadamente do Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos, para os fortes constrangimentos já vividos no SNS, em função do subfinanciamento e diminuição das verbas para este importante Serviço Público, pelo que, a concretizar-se o recente anúncio feito pelo Governo, 1º Ministro e Ministros das Finanças e da Saúde, de novos e avultados cortes na saúde, o SNS ficaria sem capacidade de resposta às necessidades das populações.

Cresce, portanto, a necessidade de intensificar a luta em defesa do SNS.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Por diversas vezes esta Assembleia Municipal aprovou posições relativas contra o rumo de destruição do SNS, na defesa do direito das populações aos cuidados de saúde. De novo o fazemos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 18 de Abril de 2013, decide:

- a) Manifestar a sua total discordância com as medidas levadas a cabo pela Direção do ACES Almada-Seixal;
- b) Pronunciar-se pela reposição dos horários de funcionamento do Atendimento Complementar nos Centros de Saúde entretanto retirados, bem como pelo prolongamento do Serviço de Atendimento Complementar de Almada, vulgo SAP, até às 24h00.
- d) Empenhar-se na defesa do SNS, conforme consagrado na Constituição da República”

#### C) Moção/Deliberação sobre Petição de “Não ao Terminal de Contentores na Trafaria”.

A intenção do Governo de implantar, na Trafaria, um mega terminal de contentores, mereceu imediatamente um forte e unânime repúdio de todos os Autarcas, populações, agentes económicos e de diversas organizações sociais do concelho de Almada.

Foi gerado um imenso movimento popular de apoio às posições municipais contra este atentado ao desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho de Almada e muito particularmente à vila da Trafaria e seus habitantes.

Das várias iniciativas realizadas, destaca-se o êxito da recolha de assinaturas para a apresentação da petição dirigida à Assembleia da República.

Com efeito, as 6.420 assinaturas, conseguidas em muito pouco tempo e entregues à Sr.ª Presidente da Assembleia da República, pela delegação dos Autarcas almadenses, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Presidentes das 11



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Juntas de Freguesias, demonstram o apoio popular e o empenhamento de todos na luta contra a instalação dos contentores na Trafaria.

É justo, portanto, que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 18 de Abril, enalteça e saúde a resposta dada pelas populações, e entidades locais ao trabalho e ação convergente de todos os eleitos e trabalhadores nas Autarquias.”

#### 6.4.3 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação de Tomada de Posição sobre a AMARSUL

No passado dia 18 de Março de 2013, os representantes dos 9 Municípios da Península de Setúbal - Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal -, estiveram presentes em reunião de Assembleia Geral da Amarsul, em Setúbal, e enquanto acionistas da Amarsul, recusaram as políticas e as medidas apontadas pelo Governo que visam a alienação das participações públicas do Estado na Amarsul e abrem a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas.

A tomada de posição conjunta dos Municípios considera que:

“Os serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas Autarquias Locais e pelos seus Órgãos democraticamente eleitos;

Para as Autarquias da Península de Setúbal, estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia;

Em 1997, os Municípios da Península de Setúbal, por deliberação dos seus Órgãos Autárquicos, Câmaras e Assembleias, consentiram que uma parte da gestão e exploração



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

daqueles seus serviços, a valorização e o tratamento de resíduos sólidos urbanos, fosse assegurada através da criação do atual Sistema Multimunicipal e da sua sociedade gestora, a Amarsul;

Os Municípios só consentiram em partilhar aquelas responsabilidades e aderir ao Sistema, constituindo-se, com a EGF, em titulares das ações da Amarsul, em condições que foram e são necessárias e determinantes e das quais não abdicam, nomeadamente:

- A sociedade constituir-se com capitais exclusivamente públicos, com manutenção da natureza pública dos bens que gere;
- Os Municípios exercerem todos os seus direitos legais, de entre os quais o seu direito de voto na gestão da sociedade, com o peso correspondente ao capital que subscreveram;
- Os Municípios intervirem na gestão da sociedade, designando membros para os seus Órgãos Sociais conforme estipulado no acordo de acionistas celebrado entre os Municípios e a EGF;
- O cumprimento das demais cláusulas aplicáveis, constantes no acordo de acionistas.

Os subscritores do documento, os Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, acionistas da Amarsul, legítimos representantes das populações, afirmam a defesa intransigente da autonomia do Poder Local Democrático, condição determinante para a defesa, a valorização e a manutenção na esfera pública, dos Serviços Públicos de Resíduos,

- Exigem o respeito pelas deliberações dos respetivos Órgãos Autárquicos, com a manutenção das condições que os levaram a aderir ao atual sistema multimunicipal e a participarem no capital social da Amarsul;
- Recusam as políticas e as medidas apontadas pelo Governo,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- ✓ Visando a alienação das participações públicas do Estado na Amarsul com a venda da EGF a privados;
- ✓ Abrindo a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas;
- ✓ Subvertendo as condições que levaram os Municípios a aceitar integrarem o atual Sistema Multimunicipal e a participarem no capital social da Amarsul;
- ✓ E transformando o serviço público de resíduos num negócio lucrativo, com graves prejuízos para as populações, para a Região e para o País.”

Pelo exposto nos considerandos do documento acima transcrito, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 18 de Abril de 2013 delibera:

1. Saudar e solidarizar-se com a tomada de posição conjunta dos 9 Municípios da Península de Setúbal contra as medidas deste Governo para este sector, em defesa dos serviços públicos e das populações da Região de Setúbal.”

#### 6.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em nome da Constituição, demita-se o Governo!

O Governo da República Portuguesa não pode continuar a governar na tentativa sistemática de o fazer contra a Constituição.

O Presidente da República não pode continuar a fazer de conta que não se passa nada, ignorando a inconstitucionalidade de dois orçamentos de Estado.

Em democracia, as regras são claras e têm de ser respeitadas. "O povo é quem mais ordena" não é apenas um simples refrão da canção que marcou a liberdade, é expressão da própria ideia de democracia: a soberania popular, a vontade do povo é a fonte da legitimidade e do poder políticos. A Constituição da República Portuguesa consagra em lei fundamental as regras do nosso regime democrático. Os direitos, deveres, liberdades e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

garantias nela previstos devem ser respeitados por todas as outras leis e poderes políticos e públicos.

Ao declarar, pela segunda vez, a inconstitucionalidade de normas do Orçamento de Estado, o Tribunal Constitucional deu boa nota da importância das suas funções. Ficou claro, com este acórdão, que o Governo não tem problema nenhum em governar contra a Constituição, ou seja, contra o regime democrático e contra o povo. E por isso deve ser demitido. Ficou claro também que a violência da austeridade imposta pela Troika não pode ser aplicada em condições democráticas. Só se empobrece um país à força.

O atual Governo constituído pelo PSD e CDS/PP aprofunda a destruição do País, a política de austeridade que tem praticado, tem efeitos perversos. Origina despedimentos, impõe o aumento da idade da reforma, reduz salários e pensões, manda encerrar escolas e centros de saúde, aumenta propinas e taxas moderadoras, destrói o Poder Local Democrático.

Os resultados estão à vista: Desemprego-pobreza-miséria e mais recessão económica. E a dívida não para de aumentar.

Neste momento além do desemprego que aumenta, há um dado que não sendo novo, cresce a olhos vistos: há cada vez mais trabalhadores que trabalham sem receber salário.

A este propósito os dados da Autoridade para as Condições de Trabalho, mostram que o número de empresas com dívidas aos trabalhadores passou de 62 para 1873 no acumulado de 2011 e 2012. Os sectores mais afectados são a construção civil, o comércio e o Turismo. No final de 2012 existiam 22825 trabalhadores com salários em atraso, quando em 2011 o nº era 7166. O Professor Luís Bento (especialista em matéria de organização do trabalho) declarou à TSF que estes dados pecam por defeito, acrescentando que o fundo constituído para acudir a estas situações não terá capacidade para as solicitações que se avizinham.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Um outro dado chocante é o facto de Portugal estar entre os 8 países da União Europeia com maior risco de pobreza infantil. Um relatório divulgado pela Comissão Europeia revela que em Portugal mais de 20% das crianças portuguesas estão expostas a este risco. Segundo o relatório, o risco de pobreza tanto afecta crianças que vivem com adultos desempregados como crianças integradas em meios onde não há desemprego.

Perante um cenário tão grave esperava-se que o Presidente da República fizesse ouvir a sua voz. O Presidente da República enviou o seu pedido de fiscalização ao Tribunal, como é seu dever. Mas não retirou nenhuma consequência da inconstitucionalidade das medidas de que ele próprio suspeitava. Pelo contrário, depois de saber que o Governo insiste na inconstitucionalidade, o Presidente reconfirmou a sua confiança em Pedro Passos Coelho. É insólito e incompreensível que o Presidente defenda o Governo em vez do povo e da sua Constituição

O Presidente da República deve demitir o governo e convocar eleições. Em Democracia há sempre soluções alternativas para a governação, tem sido assim desde Abril de 1974. É possível travar a austeridade, recuperar o emprego e salvar o Estado Social.

Dar a voz ao Povo que expressará nas urnas a sua vontade e certamente os governantes que são hoje responsáveis pela situação caótica que vivemos, serão reconduzidos à sua condição de oposição de onde não deveriam ter saído.

Um Governo que tem na sua agenda a destruição do Estado Social e utiliza a dívida para impor essa destruição é um Governo que convive mal com a Democracia e não pode continuar a governar.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em 18 de Abril de 2013, delibera:

Reclamar ao Presidente da República:

1. A demissão imediata do governo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

2. A convocação de eleições legislativas antecipadas.”

**6.4.5** - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em Defesa do Desenvolvimento Regional/Arco Ribeirinho Sul.

Portugal vive uma profunda crise económica, financeira e social, e as opções políticas do Governo continuam orientadas para a austeridade pela austeridade, para o desinvestimento económico e para o empobrecimento generalizado de milhões de portugueses.

O Governo aceitando imposições do exterior, prossegue e aprofunda uma política que não sendo de hoje, se vem acentuando de forma dramática desde a assinatura do chamado “Memorando de Entendimento com a Troica”, e se traduz em adiamentos, ou mesmo eliminação de projetos viáveis e credíveis do investimento essenciais à criação de riqueza e de emprego e que vem penalizando fortemente a Região de Setúbal e o Concelho de Almada em particular.

Região e Concelho de Almada que têm sido vítimas de políticas de destruição do tecido produtivo com o encerramento de muitas empresas como por exemplo a Lisnave, a Parry & Son, a Companhia Portuguesa de Pescas, a Sociedade de Reparação de Navios e no presente o definhamento do Arsenal do Alfeite, com a conseqüente perda de milhares de postos de trabalho e o despedimento de milhares de trabalhadores altamente especializados, ao mesmo tempo que são adiados ou retirados investimentos públicos indispensáveis à dinamização e revitalização económica da Região e do Concelho.

É neste quadro - e da necessidade da sua alteração - que assume particular importância o Projeto “Arco Ribeirinho Sul”, que continua sem a devida consideração do Governo no aproveitamento das suas grandes potencialidades. “Arco Ribeirinho Sul”, um projeto que perspectiva a possibilidade concreta de criação de mais de 60 mil postos de trabalho,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

potenciando a requalificação e a devolução aos cidadãos de territórios que são propriedade do Estado anteriormente ocupados por atividades industriais, no caso de Almada os antigos estaleiros da Lisnave na Margueira, os quais reúnem excelentes condições para atrair investidores nacionais e internacionais, que permitem promover um desenvolvimento económico sólido e consistente, assumindo-se como âncora para o necessário desenvolvimento regional.

As autarquias locais diretamente envolvidas neste projeto - Almada, Seixal e Barreiro - têm demonstrado, pela intervenção dos seus eleitos, um inextinguível empenho e disponibilidade para a promoção das condições que viabilizem a concretização deste projeto estratégico para a Península de Setúbal, para a Área Metropolitana de Lisboa e para o país.

Sobre esta matéria importa reter igualmente as declarações públicas de Jacinto Pereira, presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública Baía do Tejo que gere o projeto “Arco Ribeirinho Sul”, que em 5 de Abril passado se referia aos terrenos da Margueira em Almada sublinhando o facto de se encontrar concluído e em vigor o Plano de Urbanização da Margueira, decorrer o processo de extinção do Fundo Margueira Capital e a transição dos territórios para a Baía do Tejo e não existir, neste caso concreto, um grande passivo ambiental a resolver. Nestas palavras lemos, seguramente, estarem efetivamente reunidas as condições para o projeto avançar e concretizarem-se os necessários e imprescindíveis investimentos de requalificação de toda esta área.

Neste contexto de necessários investimentos para o desenvolvimento regional é com enorme preocupação que se considera a posição do Governo em perspectivar a extinção da NUT III da Península de Setúbal e fazê-la coincidir com a Área Metropolitana de Lisboa.

Sobre esta questão importa sublinhar a resolução adoptada por unanimidade pelo Conselho Regional do PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal em 10 de Abril passado, em Almada, no qual se refere, e cito, “... *perante a exigência de*



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

*urgentemente se promover a criação de riqueza e de postos de trabalho, que permitam colocar a Região e o País num rumo de desenvolvimento económico e social, as entidades reunidas no Conselho Regional do PEDEPES, afirmando a sua disponibilidade para continuar e aprofundar o trabalho conjunto em torno do Plano, consideram imperativo dar uma especial atenção às questões relacionadas com o próximo período de programação financeira comunitário 2014-2020, o designado Quadro Estratégico Comum - QEC, assim como às consequências da prevista reconfiguração NUT, em que se pretende extinguir a NUT III Península de Setúbal, passando a fazer coincidir a referida NUT III com a Área Metropolitana de Lisboa.*

*A reconfiguração das NUT (...) deveria reconhecer as diferenças existentes entre a Península de Setúbal e a restante AML, particularmente no que respeita à homogeneidade territorial e social, assim como na substancial diferença do PIB per capita que se regista na Península de Setúbal (inferior em cerca de 50% ao da Grande Lisboa e abaixo dos 75% da média comunitária).*

*Esta é uma situação que os agentes de desenvolvimento regional não podem deixar de se manifestar contra, considerando-a inaceitável e merecedora de um contacto urgente com o Governo, através do Ministério da Economia, no sentido de alertar para as consequências dramáticas de tal opção para o desenvolvimento da Região de Setúbal e para a AML como um todo. [fim de citação]*

Importa ter presente as consequências da extinção da NUT III - Península de Setúbal, toda a região ficará com a restrição no acesso a fundos estruturais e de coesão em áreas estratégicas como os incentivos à economia e à criação de emprego, os investimentos na eficiência energética, na regeneração urbana, na mobilidade ou nas infraestruturas regionais,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

somando dificuldades ainda maiores ao adiamentos e eliminação de investimentos públicos que o governo vem prosseguindo.

Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 18 e 19 e 22 de Abril de 2013, delibera:

1. Reiterar a dimensão estratégica e por isso fundamental para o desenvolvimento e o progresso local, regional e nacional que o projeto “Arco Ribeirinho Sul” nas suas três componentes territoriais complementares e integradas, representa para as populações e para a sua qualidade de vida.
2. Reafirmar que o Governo da República é parte diretamente interessada e determinante ao nível da concretização dos investimentos públicos indispensáveis à concretização deste projeto estratégico de desenvolvimento nacional, exigindo em consequência que desbloqueie os processos e procedimentos tendo em vista a sua execução concreta.
3. Apelar ao Governo da República que, com a justiça que é devida, reconheça, ao nível da reconfiguração das NUT que está em curso, que não seja extinta a NUT III Península de Setúbal, e que seja autonomizada relativamente à Grande Lisboa face às diferenças objectivas que se registam entre ambas, garantindo pelo reconhecimento dessas diferenças um acesso em condições de equidade e proporcionalidade a fundos comunitários destinados a projetos estratégicos de desenvolvimento no âmbito do próximo Quadro Estratégico Comum 2014/2020 à Península de Setúbal e às suas populações.”

#### **6.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao 25 de Abril e às Comemorações do Dia da Liberdade.

Já quase tudo foi dito sobre essa manhã clara e vibrante, quente e luminosa desse Abril, já tão longe e ainda tão perto da nossa razão, do nosso sonho, da nossa vida. Dessa manhã



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

amada e armada dos sinos da nossa liberdade coletiva. Dessa alvorada, manhã depois da noite do fascismo. Desse parto e porto de alegria, depois da triste escuridão de opressiva ditadura. Desse sonho, acordado e acendido, depois de milhares de dias de medos e tormentos, de dores e sangue, de separação e ausências, desses dias cheios de grades, que era «vestido para todas as idades».

Dessa manhã, foz do rio de lutas, de coragens desconhecidas, de mulheres e homens assumidos, do escoar dos dias na desesperança da vil tristeza em que vivia este povo. Rio tão cheio de sacrifícios, de batalhas perdidas e de pequenos passos na consciência das gentes, tão cheio dos operários, tão cheio dos jovens desta terra aberta ao mar e ao sul. Rio cheio do nosso povo. Rio que desaguou fraterno, solidário, de grito aberto nas bocas, de lágrimas sentidas nos rostos, do abraço imenso de alegria na manhã clara desse Abril.

A 2 de Abril de 1976, fez há poucos dias 37 anos, era aprovada a Constituição da República Portuguesa. No seu preâmbulo sublinhava-se (e sublinha-se ainda) a decisão do povo português de «defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista».

Mas a Constituição de Abril não se ficava pela proclamação do objectivo. Pelo contrário, consagrava os princípios, direitos e garantias que o consubstanciavam, como o direito ao trabalho e a um salário digno; o direito à saúde e à educação públicas e de qualidade e à proteção social no desemprego ou velhice. Mas também o carácter irrevogável da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário; o Poder Local Democrático; a submissão do poder económico ao poder político democrático; a contribuição de Portugal para a Paz, o desarmamento, o respeito pela independência e soberania dos povos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Num momento em que se assinala o centenário de Álvaro Cunhal, a sua “vida pensamento e luta, exemplo que se projeta na atualidade e no futuro”, recorda-se as suas palavras sobre a Constituição: no próprio dia em que a nova Lei Fundamental foi promulgada, ela «consagrou as liberdades e as conquistas fundamentais da Revolução», sendo por isso legítimo considerá-la em si mesma uma «conquista das forças revolucionárias portuguesas, do nosso povo, dos militares do 25 de Abril». Salientava ainda a necessidade de «exigir a todos os reacionários, a todos aqueles que querem liquidar as liberdades, que cumpram também esta Constituição, que é obrigatória para todos os portugueses».

A situação que o País atravessa é a prova, pelos acontecimentos concretos, de como cumprir e defender a Constituição é cumprir e defender Abril e as suas conquistas.

A política do Pacto de agressão e deste Governo ou os despachos do Ministro das Finanças destinam-se a um único objectivo: fazer pagar aos trabalhadores e ao povo por inteiro a crise do capital financeiro e especulativo.

Se as leis que temos não lhes chegam fazem outras, se a Constituição lhes trava o passo atropelam-na e se os tribunais os condenam em flagrante delito transferem para outros o cumprimento da pena. Aqueles que há mais de 30 anos verdadeiramente mandam no país por intermédio de sucessivos governos não querem deixar de mandar. E vão fazer de tudo para continuar a mandar.

Atropelando a Constituição, arruinando a vida de quem vive do seu trabalho, negando educação ou refeições nas escolas, tratamentos nos hospitais ou prestações sociais porque o senhor presidente do conselho investido em Ministro das Finanças não deu despacho para realização da despesa.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Este Governo não se conforma com as regras da democracia nem com a Constituição que, apesar de mutilada, continua a consagrar um regime diferente daquele que em Portugal vigorou até Abril de 1974.

Este Governo não aceita a obrigação de cumprir a Constituição e procura agora criar a ideia de que os custos da recente decisão do Tribunal Constitucional são os que decorrem desse tal Despacho: um Estado paralisado, direitos fundamentais dos cidadãos dependentes de decisões orçamentais do Ministro das Finanças, um verdadeiro estado de sítio não declarado.

Por isso este Governo tem de ser demitido. Por isso é preciso avisar toda a gente! Que não haja descanso. Que todos aqueles que continuam a ser alvo destas políticas se levantem contra este Governo, em defesa da Constituição e da democracia porque a sua defesa faz-se agora, porque há Constituição e democracia para defender.

Assim, e tendo em consideração o acima exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária em 18 de Abril de 2013, delibera:

1. Saudar o 25 de Abril, a luta do Povo Português e das populações do Concelho de Almada e dos Militares de Abril,
2. Saudar as Comemorações do 39.º Aniversário da Revolução de Abril e apelar à participação popular nas suas iniciativas,
3. Pronunciar-se pela urgente e incontornável necessidade da defesa de Abril e das suas conquistas, da defesa e da exigência do pleno e efetivo cumprimento da Constituição da República, manifestando-se pela demissão do Governo e pela convocação de eleições antecipadas que permitam ao Povo ter a palavra sobre o caminho a seguir no País.”

#### 6.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Estratégia Nacional para o Mar.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Encontra-se em fase de discussão pública a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, a decorrer entre 1 de Março e 31 de Maio de 2013.

A Estratégia Nacional para o Mar deverá ser um importante instrumento de natureza estratégica e política que apresenta uma visão para o período 2013 - 2020, no que se refere ao modelo de desenvolvimento assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e dos ecossistemas marinhos.

O município de Almada, com a sua frente marinha e ribeirinha, tem claramente interesse no desenhar de uma estratégia que concilie o desenvolvimento de atividades económicas, tais como a pesca, os desportos radicais, as atividades de recreio, que contribuam para o desenvolvimento económico do concelho, com a preservação do património natural e ambiental.

Numa lógica regional, a existência de vários portos na Península de Setúbal e de uma vasta linha de costa reforça a importância de as autarquias e as populações serem, não meros espectadores, mas intervenientes ativos na defesa dos interesses locais.

Acresce que a única referência feita em toda a documentação a Almada se refere ao plano estratégico de transportes e ao porto de contentores na Trafaria.

As sessões de debate público irão decorrer até ao final do mês de Maio.

Face à importância deste documento para o concelho, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 18 de Abril no Feijó, delibera:

1. Reiterar a firme oposição à construção de um porto de contentores na Trafaria;
2. Exigir ao MAMAOT a realização de uma sessão de discussão pública da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 em Almada.”

#### **6.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Voto de Congratulação.

No passado dia 30 de abril, Francisco Alves, surfista da Costa de Caparica, venceu o MEO Caparica Pro by Rip Curl, primeira etapa da Liga MOCHE 2013, na Praia do CDS, Costa de Caparica, ocupando assim o primeiro lugar na luta pelo título nacional deste ano.

Francisco Alves conseguiu a sua primeira vitória de sempre a este nível, derrotando na final o atual vice-campeão nacional, Frederico Morais e, como o próprio refere na sua página do facebook, passo a citar:

“Não há palavras que descrevam o que eu sinto! Pela primeira vez na minha vida ganhei uma etapa do Nacional, logo na praia onde aprendi a surfar, onde cresci, e em frente aos meus pais, família e amigos! Foi um orgulho mesmo muito grande, e espero conseguir ter muitas mais alegrias destas! Agradeço do fundo do coração as mensagens e apoio de todos, são a melhor motivação possível! “

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 18 de Abril na Freguesia do Feijó, felicita Francisco Alves, não só pela sua vitória e congratula-se com o facto de se mostrarem a todo o país as potencialidades naturais e humanas que Almada tem para a prática do surf.”

#### 6.4.9 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas dois ou três notas que considero importantes neste momento.

Gostaria de deixar uma palavra relativamente a esta Moção sobre o Arco Ribeirinho Sul, evidenciando de facto que importa que todos tenhamos presente e acompanhemos que é esta alteração às NUT's. Isto é de facto uma situação que nos deve preocupar, na medida em que se for extinta a NUT III Península de Setúbal criando-se apenas uma NUT Área Metropolitana de Lisboa, nós que temos um PIB per capita inferior a 50% relativamente à Grande Lisboa, naturalmente ficaremos penalizados naquilo que serão os Fundos Comunitários para a nossa



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

região. E portanto, penso que esta é uma questão que nos deve juntar a todos e que nos deve naturalmente preocupar e dar o nosso acompanhamento a este processo. Dar conta que tivemos um Conselho Regional do PEDEPS no nosso Concelho há poucos dias, que está a acompanhar todo este processo nomeadamente o do Plano Estratégico da Península de Setúbal e onde esta posição foi assumida por todos os membros do Conselho, esta ideia de exigir a manutenção da NUT III Península de Setúbal, mas também esta exigência de um tratamento diferenciado de discriminação positiva, no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio, para a Península de Setúbal. Dizer que este tratamento diferenciado já tem existido para outras regiões e que se configura agora para o próximo quadro nomeadamente em relação ao Algarve.

Portanto, é uma questão que eu gostava aqui de deixar, que me parece absolutamente premente e apelar para o vosso acompanhamento.

Depois queria deixar uma nota relativamente à pertinência também da resolução, do meu ponto de vista, sobre a exigência de se poder vir a realizar no nosso Concelho uma Sessão Pública sobre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, e a reafirmação da nossa posição contrária à instalação na Trafaria de um porto de contentores, de um mega terminal de contentores. Nós temos estado também na Câmara a estudar este processo, está de facto em discussão pública, é um documento ainda considerável, e estamos a preparar uma decisão por parte da Câmara para ser também inserida neste processo da discussão pública durante o mês de maio, portanto a discussão pública vai terminar a 31 de maio e o que se está a preparar é de facto um documento com a devida fundamentação para reafirmar a nossa posição nomeadamente em relação a este aspeto, mas pondo em evidência outros aspetos que o documento possa trazer e que sejam importantes para o nosso Concelho. Portanto da minha parte gostava também de saudar esta iniciativa.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Gostava de deixar nota de que esta Saudação, este voto de felicitações ao nosso jovem Francisco Alves, da parte da Câmara nós obviamente acompanhamos a par e passo e também o fizemos, mas deixar aos Srs. e às Sr.<sup>as</sup> Deputadas Municipais esta informação. Esta etapa realizou-se na Figueira da Foz, nós reunimos em Almada as condições para captar para Almada esta etapa do circuito profissional nacional de surf. Pensamos que se virá a fixar futuramente em Almada, isto é importante a Câmara apoiou financeiramente, deu também apoio logístico, isentou toda a atividade relativamente a tarifas, etc., foi reconhecida pela organização também o grande carinho que a Câmara deu a esta iniciativa e há aqui uma questão muito importante é que nós temos todos que batalhar para que o Centro de Desenvolvimento do Surf na Costa da Caparica venha a ser uma realidade. Nós fomos candidatos aquele Plano Nacional de criação de um centro de alto rendimento do surf, portanto vários foram pensados, nós também apresentamos a nossa candidatura, alterámos o Plano de Pormenor, um dos Planos de Pormenor da Costa da Caparica, das praias urbanas e portanto está considerado no Plano o centro de alto rendimento do surf. Não é por acaso que temos a praia do CDS, não é que seja um partido político, é a praia, é o Centro de Desenvolvimento do Surf obviamente, assim se designa, tem estas siglas, mas é a praia do desenvolvimento do surf. Portanto, deixava esta nota obviamente as felicitações aos nossos jovens, mas que isto nos impulse também a continuar a batalhar para que o Centro de Alto Rendimento do Surf seja uma realidade no nosso Concelho. E se formos capazes de convergir nesta exigência com certeza que um dia havemos de alcançar este objetivo.”

#### 6.4.10 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, não é para me pronunciar sobre o conjunto dos textos, visto que no contexto criado não faria grande sentido, mas apenas para anunciar que concordamos com uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

solicitação do Grupo Municipal da CDU, no sentido de introduzir uma alteração no texto que apresentámos sobre Estratégia Nacional para o Mar. Portanto, é uma pequena alteração que ficará, vou ler o segundo parágrafo onde há então a alteração: “A Estratégia Nacional para o Mar “deverá ser” e não “é”. Portanto eu espero que todos os Srs. Deputados tenham percebido a alteração, se for necessário algum esclarecimento complementar estou à disposição.”

#### 6.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pedido de interrupção de cinco minutos.”

#### 6.4.11.1 - Reabertos os trabalhos.

#### 6.4.12 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostava de fazer uma proposta à CDU que apresentou a Moção sobre a Defesa do Desenvolvimento Regional do Arco Ribeirinho Sul, no sentido de ser votado separadamente os considerandos das deliberações. O PSD gostaria de se associar ao espírito das deliberações mas não pode de qualquer forma associar-se ao espírito dos considerandos. Até porque na nossa opinião alguns destes parágrafos pelo teor, conteúdo e teor político, estão descontextualizados daquilo que é o espírito das deliberações e nomeadamente também aquilo que já foi hoje aqui referido pela Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara.

A segunda nota, caso seja possível esta votação em separado, de acrescentar ou acentuar o espírito das deliberações no sentido em que certamente a organização territorial diferenciada na Península de Setúbal em contra ponto àquilo que está neste momento a ser proposto, na nossa opinião terá os benefícios que estão aqui explanados, principalmente pelo facto de se criar a própria diferenciação positiva já nesta forma, o que não quer dizer que nós no futuro



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

quadro comunitário venhamos a ter acesso de uma forma mais facilitada ou deliberada ou mais explícita de qualquer tipo de apoio. Neste momento pelo menos ao nível da minha informação não me é dado a conhecer ainda qual é que vai ser o espírito dos futuros apoios comunitários neste nível, o que nós estamos aqui segundo nós percebemos a garantir é que havendo uma diferenciação positiva do ponto de vista da organização territorial, qualquer organização dos programas sejam eles de qualquer tipo e de que forma, económico, humanos ou outros, possam ser feitos com base nesta diferenciação. E portanto gostaríamos de acentuar isso e declarar o nosso apoio, de qualquer forma só poderemos votar favoravelmente se os considerandos forem separados das deliberações.”

#### **6.4.13 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Varela Pais, antes de respondermos se aceitamos ou não, só gostaria que nos pudesse dizer o que é que considera que está descontextualizado nos considerandos da proposta que nós fazemos.”

#### **6.4.14 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado eu não vou entrar em pormenores, mas facilmente encontrará nos primeiros parágrafos da vossa Moção, várias razões para que o Partido Social Democrata, porque é contrário à opinião que aqui está esplanada e não é isso que vamos entrar em causa, penso que não vamos querer com certeza discutir considerandos de carácter político onde se fala sobre entendimentos com a troika, quando as deliberações são sobre desenvolvimento regional e a diferenciação positiva na organização do território. Portanto como deve compreender é fácil perceber que está perfeitamente descontextualizado este tipo de considerandos.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### **6.4.15 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Com a explicação do Sr. Deputado a CDU aceita a votação em separado dos considerandos e da parte deliberativa.”

**6.5 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se à votação dos documentos apresentados.**

**6.5.1 - A Moção/Deliberação pela redução da taxa do IVA nos sectores da hotelaria, restauração e bebidas e pela não tributação dos concessionários de praia em sede de IMI, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do BE e de um eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal Fernando Pena), seis votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal António Maco).**

**6.5.2 - A Moção/Saudação ao 1º de Maio, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.5.3.A** - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP), solicitando a votação por pontos do documento sobre a Saúde, o que não foi aceite pelos proponentes.

**6.5.3** - A Moção/Deliberação pela reposição do serviço de atendimento complementar, vulgo urgências, nos centros de saúde e no “SAP” de Almada, pela manutenção de todos os centros de saúde, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE), seis votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).

**6.5.4** - A Moção/Saudação à Petição “Não ao Terminal de Contentores na Trafaria”, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD - a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e de eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal Fernando Pena) e seis abstenções (de eleitos do PSD e de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco).

**6.5.5** - A Moção/Deliberação de Tomada de Posição sobre a AMARSUL, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sobreda, do PS inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e de eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal António Maco) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal Fernando Pena), não votou o Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos por considerar haver incompatibilidade.

**6.5.6** - A Moção/Deliberação Em nome da Constituição, demita-se o Governo!, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

**6.5.7** - A Moção/Deliberação Em Defesa do Desenvolvimento Regional/Arco Ribeirinho Sul, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi votada por pontos:

**6.5.7.1** - A parte introdutória foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP);

**6.5.7.2** - A parte deliberativa foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE), um voto contra (de eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal Fernando Pena) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal António Maco).

**6.5.8** - A Moção/Saudação ao 25 de Abril e às Comemorações do Dia da Liberdade, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

**6.5.9** - A Moção/Deliberação sobre Estratégia Nacional para o Mar, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do BE e de eleito do CDS-PP - Senhor Deputado Municipal Fernando Pena) e sete abstenções (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco).

**6.5.10** - O Voto de Congratulação ao jovem surfista, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira, foi aprovado por unanimidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.5.11** - Usaram da palavra para uma declarações políticas os Sr. Deputados Municipais José Joaquim Leitão e Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica.

**6.5.11.1** - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O governo anunciou, através da comunicação social, um investimento na Freguesia da Trafaria – a instalação de um terminal de contentores – que a concretizar-se prejudica em definitivo o desenvolvimento sustentado da Trafaria.

Nunca é demais lembrar que as Opções de Desenvolvimento da Trafaria definidas e consensualizadas a nível local, passam pela requalificação urbana e pela valorização ambiental da Freguesia, que diversifique e qualifique os núcleos habitacionais, incentive atividades geradoras de emprego e de elevado potencial económico, designadamente turismo, pesca, recreio e lazer, aproveitando de forma sustentável as áreas de elevado valor patrimonial em termos de recursos naturais e paisagísticos.

Reiteramos, hoje e sempre, a nossa posição e a posição assumida pelos órgãos do Município e das Freguesias, assim como das Instituições, Entidades e Organizações Locais, de rejeição da construção de um Terminal Portuário de Contentores e de aumento da capacidade da Silopor, por penalizar o desenvolvimento que se deseja harmonioso da Freguesia da Trafaria.

Reafirmamos, hoje e sempre, que a requalificação urbana, a expansão urbanística controlada que permita aos nossos Jovens encontrar oportunidades e um projeto de vida na sua Terra, a valorização da frente ribeirinha e da atividade da pesca, a potenciação dos recursos e valores naturais que possuímos são prioridades para a Trafaria e para o seu desenvolvimento económico e social.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Reafirmamos, hoje e sempre, a nossa preocupação e a defesa intransigente das Pessoas, nomeadamente as situadas nos aglomerados habitacionais sitos na frente ribeirinha e na frente de praias da Trafaria, bem como a defesa da qualidade de vida de todos os residentes do Concelho.

Em resposta a este anúncio os Autarcas do Concelho e a População, reagiram com o sentido de uma forte indignação e espírito de mobilização num ato claro de repúdio e de expressa união e solidariedade contra o projeto e sua concretização.

A mais recente iniciativa, de mobilização e ação popular, que veio permitir a entrega de 6.420 assinaturas, constantes de petição pública, na Assembleia da República, pelos Autarcas Almadenses, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Presidentes das onze Juntas de Freguesias, são um exemplo de unidade, de solidariedade institucional e do inequívoco e robusto apoio e empenho das Populações na defesa da sua qualidade de vida.

Enaltece-se, hoje, as Populações pela afirmação da sua vontade e pelo apoio dado a todos os eleitos na defesa do nosso Concelho.”

**6.5.11.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pela Prestação de Cuidados de Saúde de Proximidade e com Qualidade.

A Direção do Agrupamento de Centros de Saúde Almada Seixal comunicou aos Utentes através de informação pública colocada nos seus serviços e enviada para conhecimento dos Eleitos, que o Serviço de Atendimento Complementar em Almada, passaria a 2 de março, a funcionar num novo horário (entre as 10h e as 17h), manifestando ainda a necessidade de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

reorganização do atendimento médico e de enfermagem, com o objetivo de melhorar a prestação de cuidados de saúde globais.

Na informação difundida, a ser verdade a intenção de melhoria da prestação dos cuidados de saúde globais, nada indiciaria, sendo certo que nada se refere sobre a reorganização da prestação de cuidados de saúde na Trafaria, a intenção/resolução manifestada recentemente sobre a deslocalização do serviço de consulta de adultos da Unidade de Saúde da Trafaria para a Costa da Caparica e, o consequente encerramento diário da Unidade às 14 horas.

A Freguesia da Trafaria e os seus Utentes não foram informados das alterações que se preparavam na reorganização dos serviços prestados pelo Centro de Saúde da Trafaria, tendo sido surpreendida com aquela notícia.

Apurámos junto da Direção do Centro da veracidade desta informação e reunimos no dia 02.04.2013 com a CUSFT – Comissão de Utentes da Saúde da Freguesia da Trafaria para avaliar que medidas conjuntas deveriam e poderiam ser tomadas na defesa dos serviços de saúde e da qualidade de vida dos utentes.

De imediato, a Freguesia da Trafaria e a CUSFT repudiaram qualquer decisão que coloque em causa a prestação de cuidados de saúde de proximidade e que penalize a nossa População pela deslocalização dos serviços atuais para a Costa da Caparica e exigiram mais e melhores serviços, nomeadamente a colocação de pessoal médico que possa garantir à População os serviços de saúde a que como utentes têm direito, exortando os Cidadãos a participarem ativamente na luta contra esta intenção.

A CUSFT convocou todos os Cidadãos para a mobilização na defesa dos serviços públicos de proximidade, nomeadamente na defesa dos serviços de saúde de proximidade colocados em causa e, como primeiros subscritores apelaram e apelam aos Cidadãos, no exercício de direito de petição e de ação popular:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Manifestar o seu total desagrado pela decisão que coloca em causa a prestação de cuidados de saúde de proximidade, penalizando a População da Trafaria, particularmente todos os que apresentam maiores carências quer ao nível dos recursos financeiros quer ao nível da mobilidade (idosos e cidadãos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida).

Exigir a permanência de todos os serviços a funcionar na Unidade de Saúde da Trafaria, considerando que é exigível a colocação de pessoal médico e técnicos administrativos que possam garantir os serviços de saúde a que a População tem direito.

Considerar rejeitar todas as decisões que coloquem em causa o desenvolvimento da Trafaria, os serviços públicos de proximidade e a qualidade de vida da População.

Foi gerado de imediato um movimento da População de apoio às posições dos eleitos e da Comissão que das várias iniciativas já realizadas pretendem exigir ao Ministério da Saúde e à Direção do ACES/Almada Seixal – ARSLVT, que abandone de imediato a decisão tomada no âmbito da reorganização de serviços e que avance no sentido de criar condições de funcionamento regular e com qualidade de prestação dos serviços de saúde da Unidade de Saúde da Trafaria.

Apelamos, pois, à participação de todos na defesa do SNS e dos serviços públicos de proximidade, essenciais à qualidade de vida dos Cidadãos deste Concelho.”

**6.6.12** - Deu-se por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.

**6.7** - Entrou-se no Período da Ordem do Dia e no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXVIII**).

**6.7.1** - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Atividade Municipal.

**6.7.1.1** - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Temos dois documentos, um documento elaborado relativamente à atividade desenvolvida pela Câmara Municipal nos meses de janeiro e fevereiro, temos um outro relativamente a igual período, mas desenvolvido pelos Serviços Municipalizados, os documentos foram distribuídos a todos e a todas os Srs. e Sr.ªs Deputadas Municipais e como é habitual, quer eu quer o Presidente dos SMAS ficamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar.”

**6.7.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Miguel Salvado, Sérgio Bastos, Miguel Duarte, Aníbal Teixeira, Fernando Pena, e o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação da Sr.ª Presidente da Câmara e a Sr.ª Presidente da Câmara.

**6.7.2.1** - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mais uma vez neste período, como é habitual na Ordem do Dia, gostaríamos de fazer algumas perguntas. Começaríamos pelos SMAS. Sabemos dos problemas informáticos que os SMAS tiveram. Com a mudança do ano, com a implementação do novo sistema, entretanto o atraso da faturação da água começou a ser resolvido, as pessoas começaram a receber as suas faturas, no entanto, depois de uma análise e depois de reunirmos alguns elementos, começamos a perceber que as faturas dos SMAS não têm histórico neste momento, por exemplo. E a ideia que dá é que começou tudo a ser faturado no dia 01 de janeiro de 2013. Clientes antigos olham e não conseguem consultar o seu histórico, parece que todos os clientes foram e começaram a partir daquela data.

Gostaríamos também de saber se os SMAS conseguem e se já conseguiram, porque isto é mesmo para nos esclarecer, todos os valores que havia em dívida para trás e do ano passado e como é que está essa situação da cobrança de valores em dívida, de pessoas que tinham os pagamentos atrasados e não regularizados, ou quais os montantes ainda por



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

cobrar? E em que fase é que estão todas as deficiências que o programa informático tinha e como é que este sistema se está a comportar e quais são as perspetivas para o futuro.”

#### 6.7.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Miguel Salvado, gostaria também de questionar os SMAS sobre a questão da migração da base de dados do sistema de cobrança aos clientes dos SMAS, uma vez que como já foi referido também tem chegado muitas informações de muitas pessoas que aparentemente dizem que estão a receber um valor de cobrança muito superior àquilo que era o valor que era cobrado anteriormente, ao que acresce o facto de a fatura que nós recebemos e portanto nós só recebemos em março a fatura de janeiro e agora em abril a fatura de fevereiro se não estou equivocado, e nessas faturas nós realmente não temos histórico. Gostaria também de saber, porque o Relatório da Atividade Municipal reporta como é óbvio aos meses de janeiro/fevereiro e tem aqui como reclamação 60 em janeiro e 11 em fevereiro, mas que suspeito que o nível de reclamações deve ter disparado em março porque foi quando as pessoas receberam as faturas respeitantes à fatura que era de 15 de dezembro a 15 de janeiro pelo menos no meu caso era esse, e esses valores em alguns casos estavam errados e portanto foram apresentadas participações, eu próprio pessoalmente apresentei uma participação porque o valor não estava correto, telefonei de pois para os SMAS e soube que, reclamei a 20 de março e que tinha entrado agora o mês de abril é que tinha entrado essa reclamação porque me foi dito que tinham um grande número de reclamações quanto aos valores que vinham nas faturas. Portanto, queria saber se me podia esclarecer se há efetivamente um elevado número de reclamações devido a esta migração que devia ser um processo pacífico por assim dizer, mas





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que revelou algumas insuficiências e para quando é que está previsto que esta questão seja resolvida.”

#### 6.7.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostava de levantar aqui duas questões. A primeira tem a ver com um período que vivemos nesta época do ano, propicio precisamente à plantação de árvores no nosso Concelho. Não só naturalmente a novas árvores em novos locais, como também em locais onde as árvores secaram e deveriam ser substituídas. Ora do nosso ponto de vista nem uma coisa nem outra foi feita. Aliás o Relatório diz que neste período foram plantadas setenta e sete árvores, o que é manifestamente pouco. No que diz respeito à Freguesia da Charneca eu gostava de dizer à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que são muitas as caldeiras que existem sem árvores, na medida em que elas secaram e não houve o cuidado de fazer esse levantamento e de proceder exatamente à sua substituição, o que é obviamente lamentável.

Depois gostava de referir também e concretamente à Freguesia da Charneca, quatro situações que há muito já têm sido objeto de intervenção nesta Assembleia Municipal e que tem a ver com vias rodoviárias. Nomeadamente a Estrada Nacional 377, a Estrada da Bela Vista que finalmente, junto à Quinta Nova foram tirados os postes que lá estavam ainda no meio da estrada e agora na verdade as crianças e os adultos já podem passar para ir para a Escola. Demorou um ano, mas enfim, mais vale tarde do que nunca.

E depois outras ruas para não referir muitas mais, mas nomeadamente a Presidente Arriaga e a rua João de Barros. Ora bem, era muito importante que a Câmara Municipal que naturalmente tem uma atenção muito especial para a cidade no que diz respeito às pavimentações e temos alguns casos concretos em Almada, que não vale a pena aqui referir, que tivesse uma política de distribuição da repavimentação por todo o Concelho. Esta Estrada



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Nacional 377 é hoje um manto de retalhos, vão os SMAS abrem uns buracos, porque são sistemáticos os rebentamentos da adutora e depois tapam mal, vão lá tapar outra vez, enfim, já há tempos eu fiz aqui uma intervenção nesta Assembleia Municipal sobre este aspeto e não vale a pena estar a repetir. Depois vem as empresas de telecomunicações e fazem a mesma coisa ou ainda pior. Depois vem a EDP idem, idem, aspas, aspas. E a verdade é que nós na Estrada Nacional 377 tem uma vantagem é que na verdade não nos deixa dormir no automóvel. Vamos sempre assim, para cima e para baixo e então a gente não se deixa dormir, o que é uma grande vantagem para quem ali circula, o que é de facto extraordinário e sobre esse ponto de vista vale a pena manter aquilo assim, porque nesse aspeto as pessoas não se deixam dormir, o que é perigoso como sabem, sobretudo que as pessoas levantam-se muito cedo para irem para o trabalho e já vão cansadas do trabalho para casa e quer numa situação quer noutra há sempre situações de sonolência e então aí a estrada está mesmo programada para esse aspeto. A estrada da Bela Vista é a mesma coisa, essa então ainda é pior, essa então é que a pessoa se, se descuida bate com a cabeça no teto do carro e então é uma tragédia, para as crianças que vão atrás têm que ser bem amarradas porque a estrada da Belavista está há uma quantidade de anos naquela situação o que revela bem o interesse a estas coisas.

A rua Presidente Arriaga é uma rua muito interessante, se calhar muitos dos Senhores não sabem onde é que é, mas é a rua que começa no Mário Casimiro e vai sair à estrada que vai para a praia. E essa que é uma rua que também tem sofrido um conjunto de alterações, essa de facto está um bocadinho melhor, mas é um pouco mesclada, quer dizer, os SMAS fazem uma coisa põem o alcatrão de uma cor, de pois vai a EDP põe outro de outra cor e portanto também é um pouco interessante precisamente para dar uma certa paisagem gira ao local. A rua João de Barros coitadinha, essa pelo menos, sobretudo em homenagem ao João



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de Barros está também cheia de buracos e tudo isto nos leva naturalmente com algum humor que às vezes também é necessário nestas coisas, revelar aquilo que é a ineficiência e ineficácia que é o que está aqui em causa e que eu gostaria aqui de salientar para terminar a minha intervenção que é exatamente importante, agora vem-se dizer que na verdade houve o inverno, mas o inverno foi agora, já houve o verão passado, já houve o outono e agora vamos ver a primavera e portanto há aqui, para terminar, uma grande esperança que estas ruas vão ser todas arranjadas. É ano de eleições e eu garanto que daqui a uns tempos isto está tudo pronto. É efetivamente o meu desejo, já agora e a minha esperança é que efetivamente mais tarde estas ruas depois sejam todas arranjadas.”

#### 6.7.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Aníbal Teixeira (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu, não é muito hábito vir apresentar questões, sugestões aqui, quando o faço, faço-o de uma forma construtiva, dando a minha opinião.

Como sou da Cova da Piedade, Pragal e estou cá há bastantes anos, e são três pontos que eu trago, dois da Cova da Piedade e outro do Laranjeiro. Se for possível neste atual executivo, e se for possível arranjar era muito bom, que é o pavimento da rotunda dos Bombeiros até à Escola António da Costa, está há meses completamente esburacado. Se for possível é muito bom, eu próprio ando ali, já vou para a faixa da esquerda e sujeito a haver ali acidentes ou então estraga-se os carros. Se fosse possível seria muito bom, não é só para mim como para todos os utentes. Vejam se conseguem por favor.

Há uma outra situação, esta aqui que a mim me parece bastante grave, que tem a ver com árvores. Estas árvores situam-se junto à Cooperativa na av.<sup>a</sup> da Fundação, em frente ao nº 18, são exatamente altas, já ultrapassam a cêrcea dos edifícios e num cenário de vendaval



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

podem cair e pode haver ali muitos problemas, é que mesmo as pessoas que ali habitam e a gente passa por ali, eles queixam-se que elas não os deixam ver e têm medo das árvores. Outro ponto, este se calhar nunca aqui foi trazido, que é aqui no Laranjeiro, na estrada Nacional 10, mesmo junto ao Oásis é a passadeira de peões, os peões têm todo o direito de passar, mas nós também. O que quero dizer com isto? É que se vier um carro o peão ainda vem do outro lado, o outro vai na frente, uns têm mais pressa, outros têm menos pressa e gente ali para e às vezes chegamos a estar 10, 15 a 20 minutos ali parados por causa dos peões. Se fosse possível, se conseguissem orçamento, é uma opinião, ou semáforos ou uma passadeira aérea, estudado como deve ser, uma passadeira aérea ali se fosse possível. Ali é uma situação que toda a gente reclama, mas que ninguém diz. Eu aproveito esta oportunidade e faço voz a minha e daquilo que me têm dito. Sr.<sup>a</sup> Presidente se fosse possível, portanto era isto.”

#### 6.7.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dois pontos prévios que faço questão de dizer em cada vez que é apresentado este documento, em primeiro lugar quanto à sua forma, continua a ser difícil a sua consulta pela replicação de informação ao longo do documento, a Sr.<sup>a</sup> Presidente já deu a sua explicação, mas na verdade não é fácil acompanhar um documento destes da forma como ele está escrito. E portanto, já percebemos que isto nunca irá mudar, mas também mais uma vez salientar por seu lado a boa apresentação e a funcionalidade do documento equivalente dos SMAS.

O segundo aspeto prende-se com o seu conteúdo, continua a não corresponder àquilo que são os requisitos legais para este documento.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Depois, tinha aqui duas observações, uma delas já foi trazida aqui e que vale a pena salientar que é o estado de facto dos pavimentos ao longo do Concelho. Percebemos que o inverno foi rigoroso, mas também percebemos que quando as coisas se degradam tem que se intervir e tem que se intervir rapidamente. E porque esta também é uma ocasião de, e assim tem sido ao longo das Assembleias, uma ocasião de pensarmos um pouco sobre os problemas do Concelho, trazer aqui este, porque é de facto um assunto premente. O outro diz respeito também a um tema que é trazido de forma recorrente a esta Assembleia, que diz respeito à limpeza urbana e que continua a ser um caso sério no nosso Concelho. E de facto eu tenho muita pena que só de quatro em quatro anos na vizinhança das eleições se consiga assistir a uma maior intensidade da limpeza e que os almadenses tenham o espaço público que merecem nessa altura.

O terceiro aspeto, não é muito importante mas não deixa de ser uma ironia, porque também diz um bocadinho a forma como a maioria desta Assembleia tem acolhido as propostas que vêm de outras bancadas, mas em particular do CDS. Tem dois anos que o CDS apresentou uma proposta de instalação de infraestruturas de lazer no Parque da Paz, aqueles aparelhos de ginástica ao ar livre. E na altura foi rejeitada a proposta pela maioria CDU e o Sr. Deputado Sérgio Taipas lembrou-nos aqui que não aceitava que essa implantação de equipamentos fosse feita de uma forma casuística como se fossemos agora semear no Parque da Paz ou noutros sítios estes equipamentos, e sobretudo chamou a atenção para questões de apoio do ponto de vista médico, as palavras foram do Sr. Deputado Sérgio Taipas. Ora, atendendo que estes equipamentos começam agora a ver-se dois anos depois em algumas zonas do Concelho, como no Parque da Liberdade, era interessante perceber se por parte da Câmara Municipal de Almada estarão prontos a tranquilizar o Sr. Deputado Sérgio Taipas com a sua preocupação quanto à assistência médica, e já agora Sr.<sup>a</sup>



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Presidente se nos pudesse esclarecer, provavelmente terá ouvido o representante da bancada da CDU e terá cuidado de facto desse apoio médico nesses espaços, gostaríamos de saber o que está em prática.”

#### 6.7.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Já agora aproveitava, antes da Sr.<sup>a</sup> Presidente responder, também para colocar as questões da Câmara, que não queria depois estar a voltar a intervir sem necessidade. Questões principalmente também de trânsito.

Temos situações caricatas na nossa cidade e muitas vezes leva-me a pensar se muitas vezes os serviços de trânsito realmente andam pela cidade, porque qualquer pessoa com um bocadinho de bom senso, sem conhecimento técnico nenhum percebe certas situações que não fazem absolutamente sentido. Podem fazer em termos académicos, mas depois no terreno não fazem sentido.

Temos um semáforo ali em Almada, na chamada rotunda dos Bancos, junto à bilheteira do Metro Sul do Tejo, quem vem de cima do Pragal, vira à direita e entra na av.<sup>a</sup> Bento Gonçalves. Esse semáforo muitas vezes fica vermelho, não se percebe porquê e acaba por muitas vezes prender o trânsito ali de uma maneira que não faça sentido nenhum, principalmente nas horas de ponta. Porque este semáforo não tem nada a ver com o corredor do Metro em si, porque é uma viragem à direita. Aquilo acontece há meses, nunca ninguém fez nada por aquilo.

Temos o corredor dos autocarros no Centro Sul que continuamos a não perceber. No Centro Sul, quando se desce a av.<sup>a</sup> Bento Gonçalves e se vira à direita, ou quem esteja dentro da rotunda do Centro Sul e queira virar à direita para a Ponte sobre o Tejo, porque é que aquele corredor Bus continua sem o horário que tem o corredor Bus da Ponte. Porque todo o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

corredor da Ponte é das 06 da manhã às 10 horas, se não estou em erro. E aquele ali é só para autocarros e não tem horário, o que não faz muito sentido, porque aquilo faz sentido é de manhã, sem dúvida, estamos totalmente de acordo. De manhã para os autocarros passarem, os táxis, etc., agora fora de horas de ponta, se a própria Ponte tem um horário definido para o seu próprio corredor, porque não aquele pedaço ali que pertence à Câmara, porque não pôr exatamente o mesmo horário? Porque muitas vezes a própria polícia acaba por ir para lá multar, as pessoas acabam muitas vezes por andar na rotunda do Centro Sul perdidas porque não sabem, muitas vezes têm que ir à rotunda do Brejo para depois dar a volta, para depois entrar no túnel, e era uma situação tão simples, das 06 às 10 da manhã, como está na Ponte. Aquele corredor ali bastava estar das 06 às 10 da manhã, exatamente como está na Ponte, e temos uma continuidade perfeita de um corredor Bus que começa no Centro Sul e que vai até à Portagem da Ponte.

Depois, é curioso, eu às vezes quando circulo no nosso Concelho e digo isto em desabafo, eu ouço aqui por exemplo com esta história do Terminal de Contentores da Trafaria, independentemente das nossas opiniões, fala-se muito de turismo, de potencial turismo. Faz-me lembrar uma vez que eu fui ao Museu da Cidade na Cova da Piedade, à apresentação de um Plano de Turismo para Almada ou de uma visão para o turismo em Almada, elaborado pela Escola Hoteleira do Estoril. Aquilo foi uma sessão, e quem visse aquele documento achava fantástico. A verdade é que nós em Almada já estamos habituados a que os Planos muitas vezes não passem do papel e se arrastem de mandato para mandato, sempre os mesmos Planos sem evolução e no terreno continuamos, e volto a dizer isto, quatro anos depois em muitos locais do nosso Concelho a só ouvir falar dos Planos. Temos uma realidade completamente virtual, mas realidade real muitas vezes não existe. E isto porquê? Porque nós falamos agora do Terminal de Contentores e da dinamização turística



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que se quer para aquela zona, ok. Mas porque é que não pensamos naquilo que já temos? Eu também poderia discutir esse assunto, mas dou por exemplo este exemplo, nós temos no nosso Concelho dois campos de golfe que são do mais movimentado da Área Metropolitana de Lisboa. Há pessoas que vêm de todo o lado da Área Metropolitana e fora da Área Metropolitana, estrangeiros para virem utilizar aqueles campos de golfe. Qual é a atenção que a Câmara dá àquilo? Nada. E não dá por um motivo, porque se desse, pelo menos em termos de sinalização e em termos de arranjos rodoviários até aquela zona havia um mínimo de preocupação e não há. Eu ainda hoje ao passar por aquela zona reparei que qualquer uma das entradas tem um estado deplorável. Aquelas estradas têm os contentores do lixo, falta de colocação dos contentores do lixo em espaços próprios, as pessoas depois obviamente também não respeitam e deitam entulho por todo o lado e qual é a imagem que nós damos a quem nos visita e quem vai por exemplo àquele espaço onde temos dois campos de Golfe, são do melhor que há no nosso país, qual é a imagem que damos às pessoas? As pessoas entram pela Charneca, como o Sr. Deputado disse e bem, vão naquela estrada ali aos saltos, atravessam a mata que é uma estrada que também está no estado em que nós conhecemos. Mas o problema não é só esse, é porque há aqui responsabilidades governamentais e temos que assacar à Administração Central onde as há, mas também há responsabilidades municipais, e essas a gente nunca as vê resolvidas. E mais uma vez vamos chegar ao final deste mandato e a estrada 377 continua no estado em que continua, as passadeiras essas nem vê-las, é que é impressionante, o que é que custa pintar passadeiras? É que não há passadeiras e as que há não estão marcadas, as pessoas são mais idosas, os jovens têm dificuldades. Custa assim tanto pintar uma passadeira? Na rua Amadeu Sousa Cardoso, agora os serviços da Câmara fizeram uma fantástica, toda a gente sabe que a rua Amadeu Sousa ali na Aroeira atravessa a av.<sup>a</sup> do Mar e usa a rua Amadeu





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sousa Cardoso para depois ir para o meio do aldeamento da Aroeira, para depois poder então ligar à Charneca da Caparica ali na zona da rotunda da tremoceira. O que é que a Câmara Municipal e os Serviços da Câmara fizeram? A meio da rua Amadeu Sousa Cardoso puseram um sinal de stop para quem vem do lado da av.<sup>a</sup> do Mar e para quem vem do lado da Aroeira. O que é que isto significa? É que a zona que é mais movimentada e que tem mais trânsito é exatamente a rua que perde a prioridade. A outra que é uma transversal que só dá para dentro daquelas vivendas é que tem prioridade. Claro que já aconteceu dois acidentes, porquê? Aquilo é que é a estrada principal a outra não as pessoas aceleram, depois acidentes, para quê? Mas para isto já há dinheiro, para pôr lá dois semáforos e pintar o chão, numa estrada que ainda por cima nem tem alcatrão em condições. Está cheia de buracos. Mas para pintar o stop no meio daquela estrada já houve dinheiro.

Continuando. Av.<sup>a</sup> Rainha Dona Leonor, já aqui foi falado, já na última Assembleia Municipal aqui falámos, passou dois meses e a estrada continua no estado em que está. Mas para a Cova da Piedade que até nem estava tão mau houve dinheiro para asfaltar naquele pedaço, claro que depois as estradas da Charneca, da Sobreda muitas vezes continuam como continuam.

Para finalizar, Miradouro Pablo Neruda, trouxe aqui este assunto, ainda por cima pelos vistos o Miradouro e um nome tão querido à Câmara Municipal, já podiam ter arranjado o Miradouro, terem limpo o Miradouro, porque continua ao abandono, continua num estado lamentável. Até o próprio monumento, a chapa que lá foi posta do Pablo Neruda, já nem se consegue ler o que lá está, é tudo grafites. Pelo menos com aquilo que a Câmara tanto gosta e teve tanto gosto de certeza em dar o nome de Pablo Neruda, podiam ter respeitado e continuar a cuidar de um espaço que está degradado há meses e meses.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Efetivamente quem vai ao Miradouro Pablo Neruda olha cá para baixo para mais um triste espetáculo do nosso Concelho. E eu pergunto, o Bairro ilegal, que é assim mesmo, um bairro ilegal das Terras da Costa, não há ninguém que faça nada por aquilo? Se a culpa é da Administração Central, que seja, mas vamos exigir à Administração Central, se a culpa é da Câmara, que seja da Câmara, a Câmara gasta tanto esforço e às vezes tanto dinheiro em situações e em problemáticas que têm mais a ver com as suas convicções doutrinárias do que outra coisa qualquer, que gaste também dinheiro e se preocupe e perca tempo em tentarmos de uma vez por todas em restituir as Terras da Costa aquilo que elas são, zonas de cultivo e não zonas de habitação ilegal, onde cada vez há mais proliferação de barracas e em condições desumanas até para as pessoas que lá estão. Os próprios SMAS têm dificuldades e têm tido problemas com o abastecimento de água naquela zona, inclusive tiveram que criar ali soluções alternativas para poder dar algo às pessoas, porque as pessoas também têm direito à água e ainda bem, mas não é uma solução de um Concelho que se quer moderno, às portas da capital.”

#### 6.7.2.7 - O Sr. Vereador José Gonçalves - Presidente do CA dos SMAS:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Miguel Salvado, Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, agradeço as questões colocadas, tinha aliás já na outra reunião da nossa Assembleia Municipal dado informação sobre este tema. Os SMAS são como todos sabemos um serviço público com boa prestação de serviço à nossa população, um serviço que qualificamos de qualidade, e que tem sido reconhecido pela nossa população ao longo deste percurso. Dizer que estamos a implementar o nosso Plano de atividades, o Plano de Atividades tinha de forma expressa assinalada a implementação de um novo sistema de clientes como um projeto prioritário e a implementação da gestão de clientes visa naturalmente qualificar ainda mais a nossa relação com os utentes,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

criando novas funcionalidades, adquirindo capacidade de prestar alguns serviços online que o sistema anterior não permitia e também dando capacidade interna aos serviços de partilharem informação, dado que o sistema a implementar é um sistema SAP que é um sistema já praticado quer nos serviços de finanças dos SMAS, quer noutros serviços e naturalmente estando também aplicado no sistema de clientes, há melhorias e há ganhos na interligação dos serviços informáticos criando melhores condições de gestão de todo o nosso trabalho. É sempre uma situação de grande exigência técnica, naturalmente migramos de um sistema para outro com linguagens diferentes, com registos diferentes, em que o sistema anterior tem que promover um conjunto de indicadores que depois têm que ser lidos pelo novo sistema e portanto estamos a falar também de milhões de informação que naturalmente estão associadas a cada um dos contratos. Temos 107 mil contratos, há um histórico de muitos anos de prestação de serviço de cada um dos contratos com milhares, alguns casos com milhares de informação. É um sistema exigente, sabíamos que seria, mas acreditamos que ele se insere nesta prestação de serviço de qualidade à nossa população. Como disse também em fevereiro, na nossa reunião nós em fevereiro já estávamos a faturar, portanto não parámos de faturar. Estávamos era a um ritmo de faturação que não era o ritmo normal e naturalmente tínhamos a perceção que algumas pessoas iriam receber a fatura num momento posterior. Mas, com o esforço e a dedicação dos nossos serviços, dos nosso técnicos foi possível continuar a prestar o serviço a todos e retomar a situação de normalidade que é a situação que hoje caracteriza este projeto. O novo sistema vai trazer novas funcionalidades, como disse, e os Srs. Deputados certamente terão informação em breve de algumas dessas novas funcionalidades que naturalmente daremos a conhecer a todos os nossos utilizadores. O relatório é de janeiro e fevereiro, o próximo naturalmente terá o registo sobre março, abril e maio e trará também tratado as questões das reclamações.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Queria no entanto descansar os Srs. Deputados Municipais de que nós por norma temos de facto um baixo indicador de reclamação, somos um serviço reconhecido, aliás por isso, por ter um indicador de excelência nessa avaliação. Mas queria-vos dizer que a situação que vivemos hoje e que estará reportada no próximo Relatório é uma situação de normalidade, posso-vos dar um indicador de que há dois ou três dias quando fiz o ponto de situação, as reclamações são da ordem dos 0,4% do nosso universo de utilizadores. E queria diferenciar que uma coisa é reclamação, outra coisa é esclarecimento e naturalmente todo o atendimento que fazemos não pode ser caracterizado como reclamação, porque sempre houve atendimento e razão para o qual temos a funcionar há muitos anos no nosso Concelho treze balcões de atendimento, que é uma coisa excecional num serviço público com esta dimensão, com as nossas onze Juntas de Freguesia, a Loja do Múncipe e a Sede dos Serviços Municipalizados. Portanto há naturalmente informação, esclarecimento, atendimento e há reclamações, mas as reclamações estão num nível, penso que ainda de um grande conforto para todos e tenho a certeza que não ultrapassarão estes níveis que aqui indiquei.

Queria também reafirmar a todos a garantia sempre dos direitos dos nossos utentes, somos um serviço público, naturalmente é para isso que funcionamos, ninguém sofrerá cortes, juros de mora, qualquer penalização por uma situação que tenha a ver com a situação de esclarecimento da sua fatura, como sempre, não tem a ver com o sistema de clientes, tem a ver com a nossa prática de sempre, é a prática que consagramos.

Reafirmar também o que disse em fevereiro, nos princípios da administração para o funcionamento dos serviços neste projeto foi de que se deveria manter o período de leitura para todos os utentes, que a última fatura só será processada após o período de pagamento da anterior, portanto ninguém receberá uma segunda fatura, por princípio ninguém receberá uma fatura estando em período de pagamento a anterior, é assim, também não é novidade



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

nenhuma, estou só a reafirmar princípios que naturalmente também balizaram esta intervenção e como Presidente dos SMAS queria deixar registado o meu reconhecimento aos funcionários dos serviços municipalizados, porque efetivamente houve um acréscimo de trabalho significativo neste processo, não estamos a falar apenas da fatura, estamos a falar da gestão dos clientes, o que significa moradas, registos, histórico, tudo. Muito trabalho, mas neste momento penso que estamos numa situação de normalidade, penso que estamos a cumprir o nosso plano de faturação. Ainda em abril, haverá clientes que recebem a faturação de março, como sabemos há um conjunto de itinerários, o Concelho está dividido em várias áreas e portanto estamos a cumprir esse plano.

Portanto, normalidade no funcionamento, admitimos que houve alguma perturbação que era previsível que existisse, tecnicamente alguma dificuldade, mas garantindo sempre os direitos dos nosso utentes e garantindo um serviço de qualidade que queremos manter e temos a certeza que este novo sistema de clientes vai aprofundar e vai dar condições de irmos mais longe.”

#### 6.7.2.8 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre as questões colocadas, permito-me começar desde já a referi-las. Eu gostava de começar por dizer que de facto nós vivemos num país cada vez mais pobre e é bom que não passemos a ser um país dos pobres e dos miseráveis e realmente o caminho que está a ser seguido neste país é para aí que nos está a empurrar. Nós vivemos num Concelho que está neste país e não está noutra, e naturalmente que todos estamos preocupados com a situação que vivemos e que as medidas que vão sendo tomadas também têm incidência neste nosso território e têm consequências diretas e começam a ter cada vez mais visibilidade no nosso Concelho e no nosso país. O país rico é um país sem pobreza e nós



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

somos cada vez um país mais pobre. E portanto, eu acho que temos todos que nos incomodar e é bom que nos incomodemos quando verificamos que afinal o nosso objetivo nacional de erradicar as barracas é qualquer coisa que está cada vez mais afastada, esse objetivo cada vez mais afastado das nossas possibilidades. E é verdade que cada vez são mais pessoas a não poder sequer continuar a pagar a sua casa ou a pagar a sua renda. E isto tem que nos fazer pensar e tem que nos preocupar muito. É importante que as questões sejam levantadas nesta nossa Assembleia a propósito da atividade municipal, naturalmente, com certeza. Se as identificarmos temos que partilhar as nossas preocupações e referi-las, mas Srs. Deputados Municipais, eu não mandarei derrubar nenhuma barraca, não mandarei derrubar nenhuma barraca neste Concelho sem haver uma alternativa para o realojamento de pessoas. Ninguém conte com a Câmara Municipal para isso. E sobretudo no tempo em que estamos a viver. No tempo em que nós estamos a viver nós temos que ser muito, muito, também tolerantes, embora tenhamos que manter sobre o nosso território uma vigilância permanente e tenhamos que exigir relativamente ao nosso território o cumprimento de regras, de vivência em sociedade, mas no tempo em que nós estamos a viver nós temos que ter uma grande sensibilidade social. Nós temos que olhar para os problemas e perceber porque é que eles acontecem. E quero partilhar convosco as preocupações, nós estamos a analisar dois meses de atividade municipal, naturalmente que cada um de nós olha para o território todos os dias, identifica os problemas que existem e que nos preocupam, e quando abordamos a atividade municipal, de dois meses não nos restringimos àquilo que foi o trabalho feito estes dois meses. É evidente que este ponto destina-se a isso, o que fizemos, e dar conta do que fizemos, mas não podemos ficar por aí porque se somos autarcas, somos pessoas zelosas relativamente ao nosso Concelho, atentas e temos que trazer os problemas que nos preocupam e trazemos e fazemos muitíssimo bem. Mas eu também ando na rua, os



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

eleitos que têm responsabilidades no quotidiano do nosso Concelho também andam na rua, também se questionam, também observam, também interagem com os serviços, também avaliam os recursos e as possibilidades ou falta delas que os serviços têm. Quero-vos dizer Srs. Deputados Municipais que cada vez temos menos trabalhadores e quero-vos dizer Srs. Deputados Municipais que de facto há aqui um problema sério e isto não é para atacar este, nem o outro, nem o outro, de facto esta coisa da troika é uma coisa tremenda que já nos está a causar problemas tremendos como todos sabemos, mas que o tempo está aí a pôr em evidência cada vez mais aquilo que são as consequências das medidas que são impostas por via exatamente desse acordo e dessas imposições da troika. O que é que nós temos? Nós chegámos a ter seis brigadas de tapa buracos. Nós optámos na nossa Câmara Municipal por ter administração direta, por ter intervenção de administração direta, e só recorrer ao exterior em determinados segmentos da nossa atividade. Fizemos isso e temos feito, isto era muito importante, porque nós para grandes empreitadas de grandes tapetes, de grandes intervenções nós recorremos ao exterior. Mas tínhamos uma capacidade instalada em permanência para ao mesmo tempo que estava a acontecer as empreitadas os trabalhadores com os recursos que temos, porque temos equipamento adquirido e a funcionar, e disponível para o fazermos, nós tínhamos esse outro recurso a funcionar para tapar os buracos do quotidiano, mas também para fazer regas asfálticas, para fazer tapetes mais pequenos, nós tínhamos essa capacidade. E de meia dúzia de brigadas, Srs. Deputados Municipais, muitas vezes é difícil constituir uma brigada de tapa buracos. Muitas vezes é difícil constituir uma brigada de tapa buracos. Se temos duas já estamos mais ou menos, e isto é tremendo porque os trabalhadores ou saem por doença, ou saem por aposentação e não podem ser substituídos e não são substituídos, e quem fala neste sector, fala nos outros e nós estamos a falar de sectores operários, quando nós falamos da limpeza, quando nós falamos dos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

calceteiros e por aí fora, nós estamos a falar de um amplo sector operário, e se nós não temos possibilidade de substituir as pessoas cada vez vamos ter mais problemas. E para onde é que nos querem empurrar, para onde é que querem estas políticas empurrar os serviços públicos em geral. Nós ouvimos falar e a cada momento falamos da saúde, falamos da educação, falamos do apoio social, mas há muito mais para além disso e eu agora estou a falar destas áreas que também são um serviço público e fundamentais para a vida das pessoas. E portanto esta é uma questão muito séria e muito preocupante. E depois as leis, já agora também dar conta disto. Vocês não acham absurdo que se tenha que fazer um único concurso para a rede viária, para pavimentar a rede viária? Eu acho.

Nós tínhamos construído quatro ou cinco lotes de processos de concurso para conseguirmos ter pequenas empresas, médias empresas, mas ter o máximo possível de pequenas e médias empresas a trabalhar no nosso Concelho, criando processos de concurso para grupos de vias no nosso Concelho, e tivemos que recuar a toda a ré porque era ilegal. Porque não podíamos fazer um concurso, três ou quatro concursos ou cinco concursos, um para a Charneca, outro para a Sobreda, outro para a cidade consolidada, etc., não era possível. E os Srs. Deputados Municipais sabem que perante esta dificuldade nós tivemos que recuar, voltar a fazer dois processos. Um indo à procura daquelas situações em que os serviços tinham condição para identificar problemas de emergência. É isto, e mesmo isto tem limites. Porque um ajuste direto tem limites financeiros. Nós temos que nos conter dentro de um determinado valor. E portanto é esse o valor. O ajuste direto tem um limite e tem que ter razões para que se recorra a esse ajuste direto. Neste momento está na rua, recuámos, tivemos que lançar um ajuste direto para aquelas situações mais graves e estão identificadas, algumas foram aqui faladas e não vou referi-las porque posso correr o risco de estar a ser menos rigorosa e temos um outro concurso para o resto do Concelho que vamos ver quem é





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que vem concorrer. Porque com as dificuldades que as empresas estão, as empresas de um modo geral estão todas com imensas dificuldades, se nós conseguíssemos fazer por pequenas parcelas, não é troços, são pequenos grupos de estradas, pequenas parcelas, nós teríamos mais condição de trazer mais pequenas e médias empresas e com certeza alguma maior facilidade porque hoje já não são as grandes que têm condição para responder. Isto está a ser muitíssimo complicado.

Eu dou-vos toda a razão, eu ando no Concelho, o Vereador Rui Jorge, todos os Vereadores, e não é só na Charneca, na av.<sup>a</sup> Rainha Dona Leonor, foi hoje aqui dito, na rua Francisco Xavier de Noronha, etc.. Nós sabemos onde é que os problemas estão e eles existem na cidade e são preocupantes. Vamos ver se temos para este concurso baseado na lei do ajuste direto, programa de emergência e vamos ver para o outro que é muito volumoso, qual é a resposta que há da parte dos concorrentes, é assim que nós vivemos.

Eu quero partilhar isto com toda a clareza para que os colegas todos eleitos no nosso Município percebam qual é a situação em que se vive. Isto não é política partidária, isto é política com certeza, mas tem a ver com o dia a dia da nossa cidade, da nossa vida, da nossa população. Isto coloca-se naturalmente também quanto às árvores, claro que se plantam árvores e plantam-se durante todo o ano e tem que plantar sobretudo nas épocas de chuva, porque aí não são precisas as árvores envazadas, mas também é a capacidade. E nós hoje temos um amplo conjunto de espaços que são tratados por fornecedores de serviços, de empresas, que vamos ver até quando é que isto se aguenta, quer do ponto de vista das empresas, mas também dos próprios recursos municipais, também dos próprios recursos municipais. E portanto, nós conseguimos com este recurso, já de algum tempo a esta parte, ao exterior segurar aquilo que vai sendo cada vez mais difícil que é a redução dos recursos humanos. Como temos vindo a assegurar por exemplo em relação à limpeza,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

com quatro áreas de limpeza que já começámos lá mais atrás, temos vindo a conseguir assegurar aquilo que queremos que seja uma qualidade adequada em todo o Concelho. Mas se nós não tivéssemos há uns anos atrás avançado para esta forma de gestão em que mantendo o número de trabalhadores, aumentávamos qualidade, tendo algum dinheiro aumentávamos qualidade recorrendo para algumas áreas a serviços externos, nós hoje estaríamos ainda numa situação bem pior. E ela aguentar-se-á enquanto houver condição financeira para aguentar, mas independentemente disso, a redução do número de trabalhadores ter-nos-ia colocado já numa situação bem mais difícil. Portanto isto não tem nada a ver com eleições, tem a ver com o quotidiano, nós estamos a falar do quotidiano da nossa vida. As estradas têm que estar em condições, os espaços têm que estar bem tratados, a limpeza tem que ser uma constante, isto é essencial à qualidade de vida das pessoas e nós atingimos todos um patamar que não queremos recuar daí para trás. Mas de facto as políticas que aí estão são muito complicadas e nós estamos a ter muitíssimos problemas. Isto meus amigos para já não falar e eu não me queixo disso, porque acho que nós pela cultura que temos vindo a construir dentro da nossa organização, as pessoas continuam a estar motivadas o que é extremamente difícil, viver a situação que se vive com tantas dificuldades, há trabalhadores que chegam, nós estamos a dar a sopa a todos os que vão aos nossos refeitórios Srs. Deputados Municipais. O prato tem custo, ele nunca é pago por inteiro, o prato que é servido nos refeitórios, o miniprato, o prato completo. Mas nós generalizámos a todos os trabalhadores o não pagamento da sopa. Como complemento alimentar, como alimento saudável e fizemos isto numa atitude de discriminação positiva, de não entrar aqui com a sopa dos pobrezinhos, porque não queremos entrar nessa lógica assistencialista que não serve e não foi para isso que se fez o 25 de Abril. Agora, nós sabemos que há trabalhadores, havia trabalhadores que chegavam aos refeitórios a perguntar



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

à funcionária se podiam comer a sopa e pagar no fim do mês, e nós acompanhamos isto Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, acompanhamos isto a par e passo. E portanto, ainda se consegue que os trabalhadores no meio dos sacrifícios de menos vencimento, de menos condições, ainda respondam e respondem, eu não estou a pintar o quadro, respondem os trabalhadores do nosso Município, quer na Câmara Municipal, quer nos Serviços Municipalizados, desde os dirigentes aos técnicos, aos administrativos, aos operários continuam a responder. Porque obviamente nós deixamos esse apelo, deixamos esse apelo neste sentido de que os maiores aliados que vocês têm e digo-vos aqui olhos nos olhos, os maiores aliados que vocês têm é o povo, é a população de Almada e se a população de Almada perceber que vocês são fundamentais no seu dia a dia, que o vosso trabalho é absolutamente essencial no seu dia a dia, a população de Almada está convosco e não vos deixará com certeza sozinhos na luta que vocês estão a travar e têm que continuar a travar pelos vossos direitos e para que esta situação seja superada. Isto é dito e é dito repetidamente aos trabalhadores do nosso Município.

Também gostava de deixar uma nota a propósito do turismo. Nós temos um Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, e estamos a ter resultados, estamos. O Plano por si só não é suficiente, é importante nós construirmo-lo em conjunto com uma metodologia de participação e de envolvimento de todos os atores políticos, públicos, privados, culturais, sociais, por aí fora, como todos sabem. Mas o importante foi nós avançarmos para uma metodologia de pôr em prática o Plano e temos uma plataforma de atores para o turismo, constituída por mais de sessenta atores desde hoteleiros, golfe, restauração, um sem número, mas também o movimento associativo, cultural, desportivo, etc., etc.. E estamos a ter resultados e estamos. Estas coisas não é com o estalar do dedo, todos sabemos que não, mas por exemplo já temos tido presença na BTL e com resultados e muito interessantes, e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

nós passamos a ser o primeiro Município na nossa região em número de dormidas, eu acho que isto é importante, isto é um resultado, isto é importante e é um resultado. E também gostava de deixar nota que por exemplo no golfe, o golfe está a trabalhar muito bem na plataforma de atores, dizer que as questões que colocou não são propriamente questões que tenham vindo, nós sabemos, nós conhecemos, quem não sabe o problema daquela estrada da Alameda que vai para o golfe, sabemos, conhecemos, é uma das tais que está neste processo que há bocadinho aqui falei. Nós temos à volta de oitocentos mil euros a caminhar para um milhão de euros em verba para fazer obra, não é este ano, já o ano passado também se procurou fazer. Aconteceu tardiamente porque houve empresas que não conseguiram, houve empresas que se candidataram e depois desistiram, nós sabemos do que estamos a falar e portanto voltamos a ter dotação para isso. Mas dizer que no que diz respeito ao golfe, nós temos as crianças a irem ao golfe, há aqui uma articulação e um trabalho interessantíssimo com os proprietários e os gestoras dos campos de golfe e obviamente que penso que este é um indicador, mas que há alguns outros igualmente interessantes e sobretudo este trabalho em parceria esta articulação, este querermos fazer em conjunto e está a ser um processo.

É evidente que nós não fazemos orelhas moucas naquilo que é aqui dito. Há ideias que aparecem, eu muitas vezes também o faço, eu já perguntei várias vezes, até ao responsável do trânsito porque é que esse semáforo que falou se mantém assim. Ele lá tem as suas explicações, mas eu não vou desistir de lhe picar os miolos, eu própria já coloquei, o Vereador Rui Jorge sabe disso. Claro que vocês também devem compreender e eu penso que compreendem, porque todos somos profissionais, que, quem sou eu para dizer você vai fazer assim porque não é assim como você diz. Não posso fazer isso. Naturalmente qualquer técnico que trabalhe na Câmara é arquiteto, é engenheiro, ou é especialista disto ou daquilo,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

eu posso e devo debater, e sento-os à mesa e falo com eles e questiono, etc.. E dizer por exemplo que esta questão do concurso para as pavimentações. Eu sentei-me à mesa com juristas, com diretores de obras, etc., etc., para falarmos disto. E naturalmente que não pude dizer, mas agora vocês fazem de outra maneira, não posso, é a Lei eles têm que cumprir a Lei, eles são os técnicos, quer do ponto de vista técnico e da técnica, quer do ponto de vista da técnica de engenharia, ou da técnica jurídica, é evidente, mas não desisto de conversar com as pessoas, mas essa questão para mim não está arrumada. Mas enfim há outras. Isto só para dizer que há ideias, que há reparos que são colocados, e eu valorizo muito isso mesmo, e sobretudo quando são colocados de uma forma construtiva. Acho que a Cidade é de todos nós e se identificamos coisas que podem estar menos bem a apresenta-las de uma forma construtiva penso que é louvável e da nossa parte teremos sempre toda a atenção.”

#### 6.7.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para dizer o seguinte, o PSD obviamente nem eu nem a minha bancada alguma vez quereríamos que alguém fosse corrido, apesar de serem habitações completamente degradadas, as conhecidas barradas, fossem corridos de lá sem uma alternativa, obviamente que não. Mas o que pedimos é que pudesse haver um controlo maior para que não aumentasse, para que não se repita ali o que se repetiu no Bairro de Santo António, na Costa e depois deu o trabalho que deu retirar aquela gente de lá e hoje felizmente temos uma zona completamente requalificada.

E segundo, eu sei que a Câmara não tem tempo, mas o Sr. Vereador fiz-lhe duas perguntas que não respondeu e que tinham a ver com a reposição dos dados dos clientes e os históricos e sobre os valores em dívida, mas pronto, ficou para outra ocasião.”

#### 6.7.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O discurso da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara relativo ao bairro de barracas nas Terras da Costa foi infeliz, e foi infeliz porque foi de uma demagogia que quero aqui rejeitar com grande veemência, porque a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara sustenta a sua resposta numa situação que o país atravessa que eu lamento muito, mas que não tem nada a ver com a história daquele espaço.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente sabe que sob o desleixo, o laxismo da Câmara Municipal, nasceu ali um bairro clandestino há muitíssimos anos, há muitos anos. Não tem nada que ver com a situação que vivemos hoje. Sabe a Sr.<sup>a</sup> Presidente também tão bem ou melhor do que eu o que se passa naquele bairro, o tráfico de droga que lá existe, as negociatas de alugueres de barracas, de exploração de pessoas que acontecem ali. Portanto, a resposta que deu hoje aqui é descartar as responsabilidades que são suas enquanto Presidente da Câmara e que são desta maioria enquanto suporte desta Câmara há muitas décadas. Porque a situação não é de agora e é absolutamente lamentável aquilo que tem surgido naquele espaço e que devia envergonhar os edis deste Concelho. E por outro lado Sr.<sup>a</sup> Presidente, registo a sua preocupação que acredito legítima e verdadeira, sincera, com as famílias em dificuldades no nosso Concelho. Mas estas famílias Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara também são massacradas com impostos, com os impostos que a Câmara lhes pode aplicar, em valores muito elevados, não são só os do Governo, são também os da Câmara Municipal, aquilo que podia ser o alívio que a Câmara podia prestar às famílias almadenses, não o faz e há muitos Concelhos do país a fazerem-no. Portanto é bom que também na sua ação como Presidente da Câmara e neste aspeto que é bastante relevante, possa contribuir para uma melhor situação económica das famílias almadenses.”

**6.7.2.11** - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de dizer depois desta intervenção que não me referi às Terras da Costa, falei da situação do nosso país, da pobreza e da miséria para onde estamos a caminhar, por via de políticas, naturalmente que o Sr. pode aprovar mas eu não aprovo. E queria dizer ao Sr. Deputado Municipal, que enfim, eu não sei quem compra e quem vende a droga nas Terras da Costa, o Sr. sabe, mas se o Sr. sabe, Sr. Deputado Municipal, como cidadão e Deputado Municipal deve agir. O Sr. fez aqui afirmações que naturalmente lhe dão uma enorme responsabilidade, portanto considero que foi público, o Sr. disse-o publicamente e naturalmente que não se pode ignorar o que o Sr. aqui disse e convidava-o a dirigir-se às autoridades para fazer naturalmente participação daquilo que conhece, daquilo que sabe, acho que era absolutamente fundamental.”

#### 6.7.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, continua a ser infeliz nas suas intervenções, agora apresentou para um exercício de uma ofensa pessoal. É absolutamente sabido, as populações têm uma perceção daquilo que são os fenómenos de tráfico de droga sem ter que saber o nome dos consumidores e o nome dos traficantes. E fingir que não sabe o que se passa é ignorar uma realidade de um Concelho, onde quer que seja, ou nós não sabíamos todos do tráfico de droga que havia no Casal Ventoso, sem nenhum de nós lá ir e sem nenhum de nós conhecer quem eram os traficantes e quem eram os consumidores que lá iam comprar, bastava lá passar, basta passar à porta, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara é que se calhar não vai lá, porque se for lá, se estiver ali, se passar ali um bocadinho dos seus dias, vai perceber a situação que lá acontece, mas eu acho que sabe.”

#### 6.7.2.13 - Deu-se por concluída a apreciação da Atividade Municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.8** - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 82/X-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20/03/2013, sobre “Alteração ao projeto de estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal - AMRS”, (**Conforme Anexo XXIX**).

**6.8.1** - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar a referida Proposta.

**6.8.1.1** - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ainda sobre a parte final do anterior debate sublinho que os assuntos são muito sérios naturalmente e o facto de não continuarmos a alimentar esta espiral, não quer dizer que estejamos conformados.

Mas sobre esta proposta que aqui está tem a ver então com a alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal, como se diz na proposta, trata-se de uma questão legal, é preciso prever e considerar a existência do Conselho Fiscal e as alterações que são apresentadas, todas elas têm a ver com esta questão. O que se fez foi juntar à proposta para decisão, o documento já com as alterações introduzidas para que os Srs. Deputados Municipais melhor pudessem analisar e compreender o que aqui está em causa.

Portanto, temos aqui no artigo 5º a introdução de uma alínea c), o Conselho Fiscal, de criação do Conselho Fiscal. Depois temos no artigo 8º, já a competência do Presidente e do Vice Presidente e Secretário do Conselho Fiscal. Temos as questões da composição e depois temos o ajustamento ao articulado por força de alteração de algumas alíneas. Foi necessário alterar nomeadamente no artigo 8º, os pontos 3 e 4 fazendo a alteração à referência que anteriormente existia às alíneas do número 1. Portanto, penso que é uma proposta simples, mas estou à disposição para alguma questão que queiram colocar.”





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6.8.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 82/X-4º, que foi aprovada por unanimidade através da seguinte deliberação:

#### Deliberação

Considerando a necessidade legal, imposta pelo artigo 162º, do Código Civil, de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal, para instituição de um novo órgão - o Conselho Fiscal.

Considerando a Proposta apresentada ao Município de Almada pelo Conselho Diretivo da Associação e a Proposta aprovada em 20 de março p.p. que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 53º, nº 2, alínea m), da Lei nº 169/99, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e do artigo 34º, da Lei nº 45/2008, de 27 de agosto aprova a seguinte alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal:

- a) Aditamento ao artº 5º, a alínea c) com a redação: O Conselho Fiscal, designado abreviadamente por C.F.;
- b) Aditamento ao artº 8º, nº 1, uma nova alínea, com a letra b, passando a atual b a c e assim, sucessivamente, as restantes alíneas são renumeradas até à letra t. A redação da nova alínea b) é: Eleger o presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Fiscal;
- c) Correção das letras das alíneas referidas nos nºs 3 e 4 do artº 8, passando de p) e q) para q) e r);
- d) Aditamento de três novos artigos numerados de 16º a 18º, com a seguinte redação:  
"Artigo 16º



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

#### **Composição**

- 1 - O Conselho Fiscal é composto por um presidente, um vice-presidente e um secretário.**
- 2 - Compete, em especial, ao vice-presidente substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.**
- 3 - Cabe, em especial, ao secretário secretariar as reuniões do Conselho.**

#### **Artigo 17º**

##### **Competências**

##### **Compete ao Conselho Fiscal:**

- a) Dar parecer sobre os projetos de orçamento e das suas revisões, sobre as opções do plano, nas suas vertentes financeiras e patrimonial, e bem ainda sobre os documentos de prestação de contas;**
- b) Fiscalizar os atos dos órgãos e serviços da Associação, nos domínios financeiros e patrimonial;**
- c) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem presentes pelo Conselho Diretivo.**

#### **Artigo 18º**

##### **Reuniões**

- 1 - O Conselho Fiscal terá, anualmente, duas reuniões ordinárias e as extraordinárias consideradas necessárias.**
  - 2 - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria dos seus titulares ou do Conselho Diretivo.”**
- e) A partir do atual artigo 16º, sob a epígrafe Secretário-geral, todos os artigos passam a ter nova numeração, mantendo a ordem, começando no artigo 19º, atual 16º.**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 7 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 19 de abril.
- 8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria Amélia de Jesus Pardal, José António Lino Craveiro, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.
- 9- Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, e de trinta e um Srs. Munícipes.
- 10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H20 do dia 19 de abril de 2013.
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE \_\_\_\_\_

—

A 1ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A 2ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_